

15 Histórias para Incluir

15 casos, 15 contextos, 15 desfechos possíveis. Situações para reflexão e debate



Figura 1: QR Code

Ficha técnica

Título

15 Histórias para Incluir

Coordenação

Rita Cadima

Isabel Pereira

Manuela Francisco

Sónia Cunha

Organização

Unidade de Ensino a Distância

Edição

Instituto Politécnico de Leiria

Revisão

Sónia Pedro

Carina Rodrigues

Sandro Costa

Grafismo

Joana Mineiro

Versão HTML Acessível

Cláudio Esperança

Sandro Costa

Catarina Maximiano

Manuela Francisco

Joana Mineiro

Transcrição e revisão em Braille

Sílvia Gomes

ISBN

978-972-8793-87-6

2019

Índice

Ficha técnica.....	2
Índice	3
Nota introdutória	4
Como está organizado.....	5
Caso 1: O véu que cobre uma história	6
Caso 2: O eLearning, os símbolos e outros desafios	11
Caso 3: Web Design: criatividade ou acessibilidade?	15
Caso 4: A tecnologia será uma solução?	19
Caso 5: Comércio online? É só um clique.....	22
Caso 6: Comunicar no silêncio	26
Caso 7: Urbanismo, acessibilidade e bom senso.....	29
Caso 8: Cores, aromas e outras diferenças culturais	32
Caso 9: Conferência inclusiva.....	36
Caso 10: O valor do tempo: paciência e tolerância.....	41
Caso 11: Organização do espaço de trabalho	44
Caso 12: Acesso ao Ensino Superior – uma miragem?.....	49
Caso 13: Prevenção ou preconceito?	53
Caso 14: Fotografia para TODOS: um mito ou uma realidade?	56
Caso 15: Let’s make a movie!.....	60

Nota introdutória

Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, que a inclusão e o respeito pela diferença têm ganho destaque na sociedade moderna, em particular nas 2 últimas décadas. Em 2002 a ONU vai mais longe e reconhece que “A diversidade cultural é tão necessária para a humanidade como a biodiversidade para a natureza”, sendo adotada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Com base nestes reconhecimentos, algumas transformações vão surgindo nos mais diversos contextos, nomeadamente na Educação. As instituições têm reunido esforços, não só para dar apoio aos estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE), mas também para formar todos os indivíduos e sensibilizar as instituições para a desmistificação de conceitos e atitudes, contribuindo para uma mudança da mentalidade individual e coletiva da sociedade em que vivemos. Neste sentido, e consentâneo com as políticas institucionais do Politécnico de Leiria, desenvolveu-se em 2017 o 1º Ciclo de Inclusão em “59 minutos e alguns segundos” que integrou 18 minicursos em formato MOOC (*Massive Open Online Courses*). O objetivo deste ciclo, na modalidade e formato em que se apresentou, foi sensibilizar o maior número de pessoas para o uso correto da terminologia, dar a conhecer diferentes perfis de pessoas nos vários contextos e respetivas estratégias de intervenção e interação, assim como explorar questões relacionadas com a legislação e com as acessibilidades física e digital.

Contudo o conceito de inclusão é bastante mais vasto e ultrapassa em larga medida o âmbito da incapacidade ou deficiência. Assim, procurando dar continuidade a este projeto, em 2018, o Politécnico de Leiria lança o 2º Ciclo sob a designação “Diversidade e Desafios”. Este ciclo é formado por 15 minicursos em formato MOOC, que se distinguem dos anteriores pela diversidade de temas e pelo modelo de ensino-aprendizagem adotado. Procurando promover maiores níveis de interação entre os participantes e aprofundar o debate em torno dos temas apresentados, este ciclo encontra a sua inspiração no modelo de *problem-based learning*, com uma vertente essencialmente reflexiva, onde se pretende debater e refletir sobre situações que ocorrem em diversos contextos da vida diária e que, para a maioria das pessoas, são “invisíveis”.

Dada a diversidade dos casos assim como a riqueza dos debates, consideramos que as temáticas abordadas, pela sua emergência, merecem ser mais debatidas, quer em contextos de ensino quer em contextos sociais. Acreditamos que a compilação destes casos, que além da história apresentada, focam o problema do lado de quem tem o papel de incluir, leva à reflexão do esforço que cada um dos atores deve ter para contribuir para uma sociedade mais justa, tolerante e inclusiva. A maioria das histórias apresentadas são fictícias, porém inspiradas em situações reais, como tal, para cada situação é apresentado um desfecho que deve ser entendido como um exemplo de boa prática e não “A” solução para o problema.

Esta iniciativa não teria sido possível sem o envolvimento dos participantes destes cursos. Neste contexto, é nossa pretensão dar destaque ao seu papel interventivo que impulsionou e motivou o debate. Numa atitude de cidadania ativa, não só demonstraram a sua envolvimento e comprometimento nas temáticas da comunidade que afetam todos e cada um individualmente, como enfatizaram o papel da educação na construção de uma sociedade mais democrática. Assim, tendo por base estas premissas consideramos que estes casos podem ser uma ferramenta útil para professores, educadores, profissionais que contactam diariamente com o público e todos os interessados pela inclusão e por uma cidadania mais participativa.

Equipa coordenadora

Como está organizado

Este livro apresenta os 15 casos que foram desenvolvidos em formato MOOC, por diversos autores, especialistas em cada uma das temáticas.

Cada caso obedece à seguinte estrutura:

“Para começar...” onde é feita uma introdução ao tema central do caso e são clarificados alguns conceitos abordados.

“Para ler...” expõe uma situação fictícia ou baseada numa situação real, de eminente exclusão.

“Para equacionar...” através de um esquema são apresentados os aspetos-chave que requerem respostas e estratégias de intervenção.

“Para debater...” coloca questões que serviram de mote para o debate do caso, no respetivo curso.

“Para reter...” tendo por base o problema e as questões para debate, apresenta-se um possível desfecho para a situação e sugestões de intervenção para a problemática em análise.

“Para consultar...” lista algumas referências bibliográficas, sugestões de leitura e pesquisa. Ressalva-se o facto dos endereços das ligações (links) externas, apesar de ativas na data da publicação deste livro, poderem ser alteradas ou removidas pelas entidades que os disponibilizam.

Em forma de “Balão de diálogo” são apresentados excertos de mensagens colocadas pelos participantes no fórum de cada caso.

Caso 1: O véu que cobre uma história

Autor: Sónia Cunha¹

¹Gabinete de Marketing Internacional, Politécnico de Leiria

Referir este caso: Cunha, S. (2018). O véu que cobre uma história. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

“A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.” (UNESCO, 2002:3)

O contexto social e económico atual, vivido em torno da problemática dos migrantes e refugiados, põe esta questão na ordem do dia e desafia a humanidade a viver no seu quotidiano situações onde a diferença cultural está patente seja ela de ordem política, familiar ou religiosa. De acordo com Michel Godet e Jean-Michel Boussemer, citados por Bastos e Albuquerque (2018), “Em 2050, a Europa poderá estagnar à volta de 500 milhões de habitantes e perder 49 milhões de pessoas em idade de trabalhar no estrato dos 20-64 anos. Serão precisos braços e cérebros para compensar estas perdas de ativos.”

Portugal é o quinto país mais envelhecido do mundo e “enfrenta um problema de défice demográfico que é hoje uma emergência”. Para tal, será certamente necessário desenvolver políticas de integração e consolidar o trabalho de acolhimento de várias populações migrantes.

Para ler

O meu nome é Ana e estudo artes numa escola do Porto. Gosto do meu curso e da possibilidade que a escola me dá em conhecer pessoas de todo o mundo. Tenho uma turma multicultural e no meu grupo de trabalho tenho uma colega do Irão, a Berika. Não foi um contacto fácil à primeira vista, pois ela é uma pessoa fechada, mas depois, com o tempo fui aprendendo a conhecê-la melhor. A sua história no Porto começa com o fim da sua licenciatura no Irão.

A Berika queria muito fazer o mestrado fora do seu país, e depois de muito google e envio de emails, acabou por eleger Portugal como o seu *study abroad destination* e acabámos no mesmo curso, Artes Plásticas, fazendo ela hoje parte da comunidade de estudantes internacionais da escola.

Contou-me que quando soube da sua admissão sentiu borboletas na barriga. Ansiosa por experimentar uma nova cultura, receosa por não saber como seria aceite. Afinal é muçulmana, enquanto cerca de 80% da população portuguesa se identifica com religião católica. Dúvidas assaltavam-lhe a mente: Quantos estudantes muçulmanos haveria? E dos países árabes?

Quando cá chegou percebeu rapidamente que fazia parte de uma minoria e a pressão de se sentir diferente foi quase inevitável. E os primeiros embates logo se fizeram sentir. E eu como testemunha. É verdade!

Numa aula de História das Ideias, o professor pediu para nos juntarmos em grupos de 3 para desenvolver um projeto. Como normalmente faço o trabalho com a Leonor, amiga de longa data, que não estava nesse dia, decidi convidar a Berika para se juntar ao grupo, pedido esse

aceite de imediato. No dia seguinte, encontrei-me com a Leonor, e no meio de tantos assuntos, veio à baila a questão do trabalho de grupo para a cadeira da História das Ideias e contei-lhe que a Berika estava no grupo.

– Quem???? A do lenço??? – pergunta-me ela incrédula.

– Sim, a Berika. – respondi-lhe admirada.

– Mas porquê? Não havia outra pessoa? – continua ela.

– Mas qual é o problema Leonor? Não estou a perceber... – pergunto já chateada.

– Não estás a perceber? Não vês as notícias? Aquele lenço... desconfia Ana, desconfia... tu tens sempre a mania de confiares em toda a gente e agora é preciso ter muito cuidado com quem andamos.

– Leonor, tu nunca falaste com ela. Nem sequer lhe estás a dar uma oportunidade de a conhecer melhor. Estás a julgá-la por ela usar o *hijab*?

– O quê? O que é isso? Nem sei do que falas.

– É o véu ou lenço. Aprende: a palavra é de origem árabe e por isso utilizada em todo o mundo islâmico e quer dizer “cobertura”. Se tivesses falado um pouco com ela, ias perceber, e ganhavas mais um pouco de cultura, não?

– Ah, ah, ah... Pois não sei... O que sei é que o uso do lenço foi proibido em alguns países, tipo a França e Bélgica. Alguma razão deve haver, não te parece? E mais, se está em Portugal não precisa de o usar. Segue as regras do país de acolhimento... a mim parece bastante lógico.

– Mas onde vamos com esta conversa? Não a queres no grupo, é isso? Achas que ela vai detonar uma bomba? Boom! Achas que pode estar a passar informação do nosso trabalho aos outros grupos? – pergunto-lhe em tom irónico.

– É isso mesmo! Não vou fazer trabalho com ela. Escolhe, ou ela ou eu. Prefiro fazer com portugueses e para mais não me apetece estar constantemente a falar inglês, fixar os olhos naquele ar sério de quem raramente ri.

Mau. Por esta é que eu não estava à espera. Então a minha amiga de sempre, aquela que me acompanha desde o secundário está a fazer-me chantagem? Então e agora?

Fiquei sem saber o que fazer... dizer à Berika que afinal não dava para ficar no grupo? Não lhe podia fazer isso! Ainda no outro dia me senti impotente perante o desabafo da Berika:

– Ana, o Islão faz parte de quem eu sou. Mas não consigo evitar sentir pressão. Sentir que estou a ser julgada com base em como eu sou ou visto. Sinto que não me posso dar ao luxo de ter um dia ruim, com medo de generalizações.

E ela tinha razão. Eu bem via os olhares dos outros. E não me posso esquecer daquele dia em que um estudante a abordou em tom jocoso e perguntou:

– Olha lá, em algum momento podes tirar essa cena?

– Eu não tomo banho com isto – respondeu ela meio apanhada de surpresa.

As lágrimas saltaram-lhe dos olhos e eu ali sem saber muito bem como consolá-la. E ela mesmo assim recompôs-se e disse-me:

– Eu já percebi que a escola tem estudantes de origens muito diversas e eu sei que muitos deles não têm grandes populações muçulmanas nos seus países. Sei que muitos nem sequer viram um muçulmano e são aguçados pela curiosidade e fazem-me perguntas loucas, do tipo “Ouvi dizer que os homens podem ter quatro esposas...”. Mas eu tento responder porque é uma maneira de eu também passar uma mensagem sobre a minha identidade cultural e

religiosa e desmistificar algumas questões. Mas gosto de sentir que as pessoas estão realmente interessadas. Não estão a gozar ou a julgar. Às vezes sinto mesmo a falta de poder estar com alguém que vive as mesmas coisas. Sair em grupo com mais muçulmanos, ir a eventos e até mesmo rezar...

Para equacionar

Como integrar estes casos?

- Desmistificar o uso do lenço
- Diálogo intercultural
- Acolhimento de minorias
- Apoio institucional
- Papel de cada indivíduo
- Regras da comunidade de acolhimento ou da cultura nativa

Para debater

1. Colocando-se no papel da Ana o que faria?

A nossa vida confronta-nos diariamente com a tomada de decisões e algumas delas nada fáceis. Estão envolvidos neste caso valores como respeito, tolerância, liberdade. Mas também existe uma relação longa de amizade. O que faria se fosse a Ana? Tentaria convencer/argumentar com a Leonor a fazer o trabalho a 3 ou seguiria apenas com a Berika e fazia o trabalho a duas? Já enfrentou situações semelhantes?

2. Quem pode e como mediar as relações interculturais?

Numa era de globalização é cada vez mais comum a presença de diferentes nacionalidades, etnias, religiões, etc., em diversos cenários, sejam eles, de natureza profissional, académica ou social. Faz sentido existirem mediadores, equipas multidisciplinares, grupos sociais, para gerir estas relações? Se sim, quem são estas pessoas e onde devem estar integradas? Que ações devem ser tomadas para promover a educação para a diferença?

3. Como conciliar a pluralidade cultural e as diferenças individuais?

No mundo global tem-se assistido ao aumento de tensões sociais e à consequente necessidade do indivíduo se refugiar com aqueles com quem se identifica. Como mediar e gerir estes processos de interação? Quando se fala de diversidade cultural, falamos (obrigatoriamente) em conflito?

4. Como desmistificar o uso do lenço na nossa comunidade?

O uso do lenço é um tema controverso e muitas vezes é associado a atos de terrorismo, ou de comportamentos radicais. Em alguns países o seu uso foi condicionado ou proibido (Jornal Público, 14 de março de 2017). De facto, nesta história, o lenço é inibidor de diálogo. Deverão ser promovidas ações de esclarecimento sobre o uso do véu ou, pelo contrário, deverá ser proibido (por quem e em que condições) o seu uso em público?

5. Estão as instituições e os indivíduos preparados para acolher as minorias?

“Portugal é o terceiro país mais pacífico do mundo, num ranking de 163 países (...) tendo subido duas posições este ano” (Jornal de notícias, 01 de junho de 2017). Sendo Portugal considerado um dos países mais hospitaleiros e agora o terceiro mais pacífico, significará isto

que estamos naturalmente preparados para a diversidade? Ou ainda há muito a fazer no campo da intervenção social no que respeita a questões de preconceito e acolhimento de minorias?

(balão de diálogo) *Se há diferenças culturais na sala de aula, é melhor falar sobre elas... fazer perguntas. Todos saem a ganhar quando diferentes culturas interagem e se conhecem.*
(Manuel Teixeira)

Para reter

Não existindo um desfecho real para esta situação, permanece o desafio às instituições, à comunidade e aos indivíduos. Contudo ficam algumas recomendações baseadas em situações reais que, na problemática, se assemelham com a história apresentada.

Recomendações para este caso:

- Recomendação 1: Promover debates, discussões na comunidade educativa sobre diferenças culturais aumentando a consciencialização para a responsabilidade social. A Ana, em conjunto com a Berika podem desenvolver iniciativas que promovam a divulgação da sua cultura, inclusivamente, sobre os diferentes significados da indumentária típica dos países islâmicos, atividades religiosas, etc.
- Recomendação 2: Ouvir o feedback de quem está “em minoria” e perceber onde e como se pode atuar.
- Recomendação 3: Desenvolver programas de rede família-escola-sala de aula e mobilizar outros players para desenvolvimento de ações partilhadas com as instituições de ensino superior.
- Recomendação 4: Organizar núcleos, academias ou outros grupos onde na sua composição estejam estudantes de nacionalidades diferentes que atuem como embaixadores/ *buddies*/ mentores, e que tenham vivido na primeira pessoa as mesmas dificuldades e possam ajudar à integração da Berika com o seu testemunho e experiência.
- Recomendação 5: A Berika, com a ajuda da Ana, pode pesquisar e localizar a existência de uma comunidade muçulmana no Porto, procurando quer um espaço de oração, quer motivando o envolvimento dessa comunidade para uma participação nas atividades/eventos da comunidade educativa.
- Recomendação 6: Dar exemplos à Leonor de outras situações iguais à que está a viver, onde uma decisão baseada num preconceito acabou por se revelar precipitada, pois no final a diversidade cultural potenciou uma aprendizagem mais rica.

Para consultar

Referências

Bastos, J. e Albuquerque, R. (2018, fevereiro, 18). Europa a caminho do “suicídio demográfico”. Expresso [Online]. <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2018-02-18-Europa-a-caminho-do-suicidio-demografico-1#gs.IY5vp3l>

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002) da UNESCO. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 2 de novembro de 2001. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

Sugestões de pesquisa

Coelho, M. H. (2008). A Construção histórica da multiculturalidade. In Portugal: percursos de interculturalidade, Volume I – Raízes e Estruturas.

http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1_PI_Cap2.pdf/2571d4a8-e5f3-4f25-b9bf-ec5c6748db9c

Caldas, A. (2008) A biologia da multiculturalidade. In Portugal: percursos de interculturalidade, Volume I – Raízes e Estruturas.

http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1_PI_Cap1.pdf/ff2b14ac-b218-4927-ab83-a1b0da412b06

Direção-Geral da Educação (2018) Educação Intercultural. [website]

<http://www.dge.mec.pt/educacao-intercultural>

Relacionados

Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior (ORSIES)

<http://orsies.forum.pt/>

Caso 2: O eLearning, os símbolos e outros desafios

Autores: Carina Rodrigues¹ e Manuela Francisco¹

¹ Unidade de Ensino a Distância, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Francisco, M. & Rodrigues, C. (2018). O eLearning, os símbolos e outros desafios. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

O e-learning ou eLearning, onde o 'e' significa *electronic*, é uma modalidade de ensino que utiliza a tecnologia como veículo do processo de ensino-aprendizagem, onde são disponibilizados conteúdos digitais e desencadeadas interações recorrendo a diferentes meios (Laurillard, 2008, 2002; McGreal & Elliott, 2004). Recorrendo a ferramentas de comunicação e interação fundamentalmente assíncrona, estudantes e professor interagem em momentos diferentes não sendo necessário simultaneidade temporal e espacial.

No que respeita à inclusão e acessibilidade no eLearning, parte-se do pressuposto apontado por Berners-Lee (1997), que o grande potencial da internet é a sua universalidade, pelo que o seu acesso não deve estar vedado a nenhum cidadão. Com base nesta premissa, considera-se que para um ensino online verdadeiramente inclusivo, deve ser garantido o acesso a todos os conteúdos, interações e funcionalidades disponibilizadas na plataforma web adotada pela instituição. Porém, o processo de implementar um eLearning inclusivo e acessível é complexo. Se por um lado se adaptam conteúdos textuais com alguma facilidade seguindo as normas de acessibilidade do W3C, o mesmo não acontece com conteúdos mais complexos como a música, matemática e outros, designados por conteúdos STEM (*science, technology, engineering, and mathematics*).

Para ler

Sou a Maria, tenho 47 anos e sou professora de matemática. Ensinar sempre foi a minha paixão. Ainda estava na faculdade e já dava explicações a jovens do ensino básico e secundário... e sentia que tinha jeito. Assim que terminei o meu curso concorri para dar aulas e consegui entrar numa escola secundária. Andei a saltitar entre escolas pelo país. Decidi fazer doutoramento e fiquei atenta aos concursos para lecionar no ensino superior... e há cerca de 6 anos consegui... depois de muitos concursos!!!

Como adoro desafios, aceitei este ano algo completamente novo para mim – lecionar em regime de eLearning. Foi-me proposto pelo coordenador de curso lecionar uma unidade curricular de matemática no 2º semestre... ele garantiu-me que não era nada complicado. Fiquei assustada, confesso. Era tudo novidade para mim. Rapidamente, comecei a investigar sobre a forma de ensinar online, que tecnologia teria de dominar, que tipo de exercícios podia fazer, como faria com os conteúdos – só pensava em gravar aulas e fazer digitalizações.

Eram muitas as dúvidas... por isso decidi inscrever-me num curso online, um desses que agora toda a gente fala – MOOC. Achei que devia passar pela experiência de ser aluno online e perceber o que se passa “do outro lado”. Lá fiz umas pesquisas e encontrei um da Open University que parecia responder a algumas das minhas questões “*Creating open educational resources*”. Foi rápido e aprendi algumas coisas interessantes... até tive vergonha de ter

pensado em digitalizações com tantas ferramentas que permitem criar conteúdos interessantes.

Já estava cheia de ideias. Muito segura de mim, fui falar com o coordenador para lhe explicar o que pensava fazer. Ele achou muito interessante, mas alertou-me que a turma onde iria lecionar tinha um estudante cego. Aí tudo me caiu! Entrei em pânico! Nunca socializei com uma pessoa cega quanto mais ensinar. Perguntei se havia alguém na instituição que desse formação sobre pessoas com necessidades especiais. A resposta foi negativa, mas deu-me um conselho "Experimente falar com os outros colegas que estão a lecionar nessa turma".

Bom, sem alguém especialista na matéria para ajudar, como haveria de fazer? E os exercícios? Como ia explicar matérias eminentemente visuais onde os símbolos predominam? Teria de aprender Braille... num mês??? Sim, estava a um mês do início do semestre!!!

Para equacionar

Repensar a metodologia de ensino

- Onde se informar
- Que estratégias adotar
- Como abordar o aluno
- Problema da leitura/escrita linear da matemática
- Como preparar os conteúdos
- Que ferramentas usar
- Acompanhamento do percurso de aprendizagem
- Avaliação das aprendizagens

Para debater

1. Como abordar o aluno?

A Maria só tem informação de que o estudante é cego. Deverá obter mais informações? Será que é pertinente colocar as suas dúvidas diretamente ao estudante? Algumas dúvidas são talvez muito básicas... "se ele não vê como usa o computador"? Ele poderá ficar ofendido ou pensar que ela é uma incompetente...

2. Que estratégias específicas para os conteúdos STEM?

Vamos tentar entrar na especificidade dos conteúdos STEM (*Science, Technology, Engineering, and Mathematics*) e no uso da tecnologia digital. A Maria, à semelhança de outros professores de matemática e outras ciências exatas, utiliza o software LaTeX para criar exercícios. Ou seja, os documentos já estão em formato digital, mas com muita informação visual. Será que os leitores de ecrã conseguem ler estes ficheiros? Será que devem ser convertidos para Braille, uma vez que nem todos os cegos sabem Braille.

3. E se for outra área?

O problema da Maria é ensinar matemática a um estudante cego... mas e se fosse noutra área? Qual seria a abordagem da Maria se tivesse de ensinar música, artes visuais, física, química...? Os desafios seriam os mesmos?

4. Como acompanhar o percurso de aprendizagem do estudante?

No caso dos exercícios que os estudantes devem resolver e enviar para correção, a Maria disponibiliza os enunciados na plataforma, os estudantes descarregam os ficheiros e

imprimem. Depois dos exercícios resolvidos, os estudantes digitalizam e submetem para avaliação na plataforma de eLearning. Será que o procedimento será o mesmo com o estudante cego? E se ele resolver os exercícios em Braille como é que a Maria vai perceber o que ele escreveu? Qual a melhor forma de acompanhar a aprendizagem deste estudante cego?

5. Como preparar os materiais e que ferramentas deve usar?

A Maria pensou em disponibilizar na plataforma de elearning capítulos de livros e exercícios digitalizados. Também ponderou disponibilizar alguns vídeos criados por ela a explicar a matéria. Será que estes materiais são adequados para o estudante cego? O que deve fazer para que os mesmos lhe sejam úteis?

(balão de diálogo) *Só depois de contactar o aluno é que a Maria poderá saber quais as melhores estratégias a serem adotadas. (Cristiana Bastos)*

(balão de diálogo) *No caso do aluno cego, ele não necessita de imprimir a documentação: precisa apenas que o documento possa ser lido pelas tecnologias de apoio que ele utiliza (...) provavelmente, a Maria terá de adaptar algum material para escrita Braille. (Marta Costa)*

(balão de diálogo) *Os cegos fazem as mesmas coisas que os demais, apenas usam técnicas diferentes. O que marca a diferença são as “técnicas” usadas e não as pessoas. (Manuel Teixeira)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real. Se o estudante cego não dominar o sistema Braille, deverá ser adotada outra estratégia de comunicação, por exemplo, com recurso à tecnologia.

Atualmente existem alguns programas que permitem fazer uma leitura linear de fórmulas e gráficos, como por exemplo o MathML. Porém, para usar esta linguagem é necessário conhecer a sua estrutura e código, por parte dos docentes e por parte dos estudantes. No caso dos docentes, será mais simples uma vez que existem conversores de LaTeX – software usado por muitos docentes de matemática – para MathML e vice-versa.

No entanto, para o estudante cego, caso não tenha aprendido esta linguagem, em particular no ensino secundário, ler ou fazer exercícios em MathML poderá exigir uma aprendizagem extracurricular, colocando-o em desvantagem relativamente aos restantes colegas.

Neste caso, e por sugestão do estudante, optou-se pelo ASCII Math por ser muito mais simples. Todos os documentos foram disponibilizados na plataforma de eLearning em versão PDF (criado a partir do LaTeX) e em versão ASCII Math. Os trabalhos submetidos pelo estudante eram realizados em ASCII Math. Contudo, a leitura linear da matemática exige mais tempo que a leitura gráfica, ou seja, é necessário ler linha a linha, ao passo que a leitura gráfica (visual) permite saltar entre linhas e ter uma visão do problema inicial ou de uma etapa específica do processo de resolução.

Sugestões para as instituições de ensino:

- Apostar no ensino do Braille aos docentes;

- Desenvolver ações de formação, para docentes e estudantes, relativamente ao MathML e/ou ASCII Math;
- Dar tempo aos docentes para prepararem previamente os materiais;
- Formar a comunidade académica relativamente à interação com diferentes perfis de pessoas e vários modos de comunicação/interação.

Para consultar

Referências

Berners-Lee, T. (1997). Realising the Full Potential of the Web. Based on a talk presented at the W3C meeting, London, 1997/12/3. [Online]. <http://www.w3.org/1998/02/Potential.html>

Laurillard, D. (2008). Digital technologies and their role in achieving our ambitions for education. London: Institute of Education, University of London.

http://eprints.ioe.ac.uk/628/1/Laurillard2008Digital_technologies.pdf

Laurillard, D. (2002). Rethinking University Teaching: A Conversational Framework for the Effective Use of Learning Technologies. (2ª edição). London: Routledge Falmer.

McGreal, Rory & Elliott, Michael (2004). Technologies of Online Learning (E-learning). In T. Anderson & F. Elloumi (Eds.), Theory and Practice of Online Learning (5). Athabasca University.

Sugestões de pesquisa

ASCII Math (<http://asciimath.org/>)

LaTeX (<https://www.latex-project.org/>)

MathML (<https://w3c.github.io/mathml/mathml.html>)

Caso 3: Web Design: criatividade ou acessibilidade?

Autores: Joana Mineiro¹ e Manuela Francisco¹

¹ Unidade de Ensino a Distância, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Francisco, M. & Mineiro, J. (2018). Web Design: criatividade ou acessibilidade? In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

Com a evolução da web o utilizador passa de um papel passivo para a figura central e são as suas interações na web que determinam o tipo de conteúdos adequados ao seu perfil. Com esta evolução as aplicações tornaram-se mais complexas, assim como o próprio design dos conteúdos e interfaces conhecem novos desafios. Os próprios conceitos associados ao início da web como “usabilidade” e “acessibilidade” ganham particular ênfase, assim como o conceito de “web design” evoluiu, focando-se hoje em dia na “experiência do utilizador” (UX). De acordo com diversos autores, entre os quais Norman & Nielsen (1998), o conceito de “*User Experience*” (UX) parte da ideia de que qualquer produto ou serviço tem de estar profundamente focado nas necessidades, habilidades e limitações dos utilizadores.

Isto significa que é a experiência do utilizador que determina a pertinência e sucesso da informação, dos produtos e serviços disponibilizados na web. Considerando que existem diferentes perfis de utilizadores, relacionados com as suas necessidades e tecnologias que utilizam, o UX Design é cada vez mais exigente e obriga a uma perfeita conciliação entre a componente estética e a experiência que esta proporciona a cada um dos seus utilizadores.

Para ler

Sou a Nádia e trabalho em Marketing numa multinacional, por isso estou a par da legislação, em particular, a que diz respeito à Web. Esse é um dos motivos pelos quais a minha amiga Carolina, que é web designer e freelancer, me consulta sempre que tem um novo projeto. Além disso, gostamos de discutir ideias, até porque ela é super criativa e tem um sentido estético muito apurado. Os trabalhos dela são sempre brutais! Ontem fomos beber um café e ela falou-me que tinha um novo projeto: renovar um website de uma companhia de dança. Mas, a par do entusiasmo também estava em pânico...

- Não estás a ver Nádia... eles disseram que por ser um site de interesse público tinha de cumprir com as normas de acessibilidade web!
- Sim, mas faz sentido ser acessível Carolina!
- O pá, até pode, mas não faço a mínima ideia do que quer isso efetivamente dizer... imagino que seja para as pessoas que não veem... mas na prática...
- Bem, não é apenas para as pessoas cegas. Eu já tive uma formação sobre isso, mas sinceramente não sei dizer como se faz. Sei que tem de existir grande contraste de cores, o tipo de letra também não pode ser qualquer um, as imagens têm de ter descrição... e mais umas cenas complicadas.
- Pois essa cena das cores... eles disseram-me que podiam ter pessoas daltónicas.
- Sim é verdade. Olha que tens aí um desafio giro!

- Giro? Se é para ter contraste faço tudo a preto e branco, não?
- Achas!?
- E pá, sinceramente não sei, já me estão a limitar... não curto nada quando me restringem a criatividade, mas o cliente é que manda...
- Ó Carolina, não penses assim. Dá uma vista de olhos nas diretrizes WCAG, na parte que diz respeito à legibilidade.
- Sim, vou ver isso, mas acredito que os limites sejam tantos que duvido conseguir uma proposta arrojada, criativa e com um design atual.

Pensei para comigo “Coitada da Carolina!”... Ainda há pouco tempo tive uma formação relativa ao novo Regulamento de Proteção de Dados e saí mais confusa do que quando entrei!

Infelizmente as leis, normas, regulamentos, nunca são claros...

Lembro-me da formação que tive sobre acessibilidade e, tirando a parte do “Porque deve ser acessível”, não percebi quase nada, mas pensei que se destinava essencialmente aos meus colegas programadores.

Para equacionar

O problema da Carolina é certamente sentido por outros web designers e provavelmente alguns até desconhecem a importância da acessibilidade em contexto web.

- Consciencializar criativos para acessibilidade
- Acessibilidade condicionante da criatividade
- Aspetos do design universal
- Acessibilidade versus elementos gráficos decorativos

Para debater

1. Se fosse a Carolina o que faria?

Mesmo não sendo Designer, mas tendo experiência de navegação na web e provavelmente a componente estética é um fator importante para si, o que decidiria se fosse a Carolina?

2. Que linha gráfica seguir?

O que fazer em relação às opções de cores, tipos de letras, espaçamentos, tamanhos, navegação, imagens... esta informação existe disponível na web?

3. Será que a acessibilidade é um fator condicionante da criatividade?

Quando um criativo é confrontado com aspetos que balizam a sua intervenção, como a acessibilidade, poderá condicionar o seu processo criativo?

4. Será que para um website ser acessível deve ser desprovido de aspetos gráficos estéticos?

Atualmente, a web disponibiliza informação em todas as áreas, sendo os conteúdos cada vez mais “visuais” (por exemplo vídeos, fotos partilhadas pelos utilizadores...). Em termos de marketing, para um site ter impacto deve ser apelativo, ter aspetos inovadores que o distinguem dos outros e ter uma comunicação simples, intuitiva e visual (com o mínimo de informação textual). Por outro lado, a acessibilidade obriga a cuidados, nomeadamente no uso de cores, tipos de letra, estrutura do layout (que facilite a navegação a todos os utilizadores). Como resolver o dilema? O que deve prevalecer?

5. Como motivar os criativos para a acessibilidade?

A Carolina, tal como muitos criativos, desmotiva perante as normas de acessibilidade. Que estratégias podem ser adotadas? Quem deve adotar tais estratégias: quem ensina, quem legisla...outros?

(balão de diálogo) *Um website pode respeitar as normas de acessibilidade sem ser desprovido de aspectos gráficos. (...) o HTML5 e o CSS3, combinados com frameworks de JavaScript tornam possível criar conteúdos acessíveis, intuitivos e visualmente atractivos. (João Mourato)*

(balão de diálogo) *Todas as pessoas têm direito à informação e é o cliente que decide se o produto apresentado está direccionado para si ou não. (Tânia Cravo)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real.

A Carolina fez pesquisas para tentar perceber quais as diretrizes que, enquanto designer, teria de cumprir. Tentou encontrar exemplos de websites acessíveis, mas a pesquisa foi uma desilusão... o Brasil tem um motor de busca para sites acessíveis, mas está muito desatualizado, a maioria dos sites listados dá erro. Além disso, os sites que aparecem nas pesquisas apresentam um design pouco atual e apelativo.

Depois de ler alguma informação sobre acessibilidade na web e de verificar que existem algumas limitações na componente visual, decide falar com o programador que iria implementar o site, de forma a tentar encontrar a melhor solução.

Assim, a Carolina apresentou a seguinte proposta de layout:

- 3 versões de cores: 1. cores “da moda” que não passam o nível de conformidade, mas são esteticamente apelativas; 2. versão com tonalidades que derivam da proposta original, mas que passam o triplo A das WCAG – ela usou o site WebAim para validar as cores, criando uma paleta acessível; 3. proposta com contraste máximo, baseado apenas em preto e amarelo.
- Ícones e Imagens figurativas, mas que são fundamentais para a estrutura que definiu e para uma rápida compreensão da informação (as imagens são acompanhadas de texto alternativo).
- Tipo de letra principal não serifada, para melhorar a leitura no ecrã – Open Sans e tipo de letra alternativo (Tiresias).
- Estrutura de navegação e apresentação de informação consistente em todas as páginas e de fácil navegação com teclado.
- Cabeçalhos em Maiúsculas (com o atributo HTML *Text transform*).
- Apostando na experiência do utilizador, as várias opções são controladas por cada indivíduo de acordo com as suas preferências, através de uma barra de ferramentas com opções de acessibilidade, semelhante à apresentada na figura 1.
- Barra de acessibilidade com opções de contraste, legibilidade e tamanho da letra, tamanho cursor, destacar links, navegação por teclado e leitura de página.

Para consultar

Referências

Norman, D. & Nielsen, J. (1998, August 8) "The Definition of User Experience (UX)" [Website]. <https://www.nngroup.com/articles/definition-user-experience/>

Sugestões de pesquisa

Acessibilidade Toolkit. <http://acessibilida.de/toolkit/wcag/>

Designing for inclusion. <https://www.w3.org/WAI/users/>

Diversity of web users. <https://www.w3.org/WAI/intro/people-use-web/diversity>

Caso 4: A tecnologia será uma solução?

Autor: Célia Sousa¹

¹ Centro de Recursos para a Inclusão Digital, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Sousa, C. (2018). A tecnologia será uma solução? In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

A Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) é uma doença neurológica degenerativa, progressiva e rara. Caracterizada pela rápida e progressiva degeneração das células nervosas do córtex motor, tronco cerebral e medula espinhal, os neurónios que conduzem a informação do cérebro aos músculos, passando pela medula espinhal, morrem precocemente, sendo a esperança de vida de 2 a 5 anos após o diagnóstico, de acordo com (Encarnação, Azevedo, & Londral, 2015).

Sendo uma doença de rápida progressão e apesar dos estudos apontarem para a esperança de vida de 2 a 5 anos e que geralmente ocorre a partir dos 65 anos, com maior incidência nos homens, o caso de Stephen Hawking, conhecido físico inglês, mostra que cada caso é um caso. O físico sobreviveu 55 anos após o diagnóstico, apesar das graves limitações motoras e de comunicação, manteve as suas capacidades cognitivas, a sensibilidade e o controlo dos movimentos musculares extraoculares, tendo utilizado as tecnologias de apoio para comunicar, através de um computador com recurso a uma voz sintetizada.

Para ler

O meu irmão Wilson, tem 40 anos, e recebeu há alguns dias o diagnóstico de esclerose lateral amiotrófica. Não tem limitações na funcionalidade dos membros superiores ou inferiores que o impeçam de realizar as suas atividades diárias, no entanto, apresenta graves dificuldades de comunicação através da fala.

Em casa sugerimos-lhe que voltasse a estudar. Resolveu retomar a sua licenciatura em Educação Social, que tinha ficado em suspenso alguns anos atrás por questões profissionais. Mas não tem sido fácil...

Há pouco tempo cruzei-me com um colega dele que me que me pôs a par da situação. Devido à dificuldade em fazer-se entender, o meu irmão evita frequentar os espaços de convívio da Universidade e isola-se num canto da sala. Disse-me ainda que os professores das diferentes Unidades Curriculares estão confusos e precisam de ajuda para estabelecer a comunicação de modo a quebrar o seu isolamento e reduzir um possível risco de depressão.

Além disso não compreendem porque não utiliza a escrita manual uma vez que verificaram que as suas capacidades motoras lhe permitem essa alternativa à fala.

– Quando ouvi os professores falarem nessa hipótese questionei o teu irmão, mas ele expressou a sua dificuldade em adotar a escrita manual por se sentir desconfortável na sua utilização para comunicar com as outras pessoas.

Sabia que a vida do meu irmão não ia ser fácil, mas ao falar com este seu colega tomei consciência da situação.

Para equacionar

Então e agora?

- Quem deve encontrar soluções
- Que medidas podem os professores adotar
- Ensino superior preparado para acolher
- Que legislação regulamenta estas situações
- Como desmistificar o uso das tecnologias de apoio

Para debater

1. Se estivesse no lugar do irmão do Wilson o que faria? Deverá o irmão do Wilson intervir? O que faria?

2. Quem deve encontrar soluções?

No caso do Wilson está patente a dificuldade em comunicar. Deverá ser a família, os colegas, os professores ou a Universidade a encontrar soluções, não só no âmbito académico como também no social?

3. Existe legislação para esta situação? Será que existe enquadramento legal no que respeita ao ensino superior?

4. Como desmistificar o uso das tecnologias de apoio na nossa comunidade?

Será estranho alguém, sentado ao nosso lado, usar o computador ou telemóvel?

Provavelmente nem nos apercebemos, uma vez que no nosso dia a dia estamos imersos em tecnologia. Contudo se a pessoa que estiver ao pé de nós comunicar com uma tecnologia de apoio, possivelmente vai despertar a nossa curiosidade.... Para que as pessoas que usam esta tecnologia não sejam discriminadas, o que deve ser feito? Como sensibilizar a comunidade para o uso das tecnologias de apoio?

(balão de diálogo) *A escola do século XXI precisa de crescer e incorporar a tecnologia sem atropelos, contudo, continua a resistir em quebrar este paradigma. (Vitor Silva)*

(balão de diálogo) *Não existe uma legislação específica para o ensino superior, mas existe legislação para Educação Especial que pode ser utilizada e adaptada para o ensino superior. (Cristiana Bastos)*

(balão de diálogo) *O irmão do Wilson (...) poderá ser um elo de ligação importante consciencializando ambas as partes das dificuldades sentidas, mas também das soluções possíveis” (Marta Costa)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real. Os professores das diferentes unidades curriculares pediram ajuda à equipa médica que o assiste e foi apresentada a seguinte solução:

- Pela sua autonomia, no que se refere à mobilidade e às suas capacidades cognitivas, foi avaliada a utilização de um sistema baseado num computador tipo tablet, leve e fácil de transportar.
- Foi avaliado o acesso ao ecrã táctil através de toque no ecrã e utilizando um software baseado em escrita e síntese de fala.

Dada a sua escolaridade e o facto de estar familiarizado com a utilização de meios informáticos, revelou facilidade em compreender a forma de utilização do sistema para a comunicação. Considerou este equipamento útil para aumentar a sua capacidade de comunicar com os professores e colegas, tendo-lhe sido explicado que poderia, com o mesmo equipamento, usar a comunicação através da Internet para estar mais próximo dos seus familiares.

Pretendeu-se dotar o Wilson de um meio de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) que permitisse uma comunicação eficaz com as pessoas com quem convive, com o qual se sinta confortável, e que lhe permita estabelecer relações sociais.

É importante notar que, devido às características degenerativas da ELA, poderá vir a precisar de alternativa ao acesso por ecrã táctil (por previsível perda de funcionalidade dos membros superiores). Sugere-se, desta forma, um sistema de CAA que possa ser utilizado através de diferentes interfaces de acesso. No caso de evolução dos sintomas da doença e da manifestação de dificuldade no acesso através do toque no ecrã, recomenda-se nova avaliação para definir as adaptações necessárias para o acesso ao sistema.

Para consultar

Referências

Encarnação, P., Azevedo, L. & Londral, A. (2015). Tecnologias de apoio para pessoas com deficiência. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

<http://www.acessibilidade.gov.pt/livros/tapd/html/indice.html>

Sugestões de pesquisa

Recomendações para a inclusão de estudantes com NE no ensino superior

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatoriofinal-do-grupo-de-trabalho-para-asnecessidades-especiais-na-ciencia-tecnologia-e-ensino-superior>

Caso 5: Comércio online? É só um clique...

Autores: Manuela Francisco¹ e Norberto Sousa²

¹ Unidade de Ensino a Distância, Instituto Politécnico de Leiria

² ComAcesso

Referir este caso: Francisco, M. & Sousa, N. (2018). Comércio online? É só um clique... In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

O comércio online ou eCommerce diz respeito a qualquer tipo de atividade económica realizada por via eletrónica (Rolf, 1997). Apesar de ser hoje utilizado pela maioria das empresas, em todo o mundo, a legislação existente incide fundamentalmente na regulamentação das atividades económicas (DeLone & McLean, 2004) e, mais recentemente, na proteção de dados dos utilizadores.

Em questões de acessibilidade, a legislação portuguesa, de acordo com a Diretiva Europeia 2016/2102 e com a RCM nº 91/2012, define que a Administração Pública está obrigada a cumprir o nível de conformidade duplo “A” das diretrizes de acessibilidade WCAG. Contudo, se nem todas as instituições públicas, estão a cumprir com estes requisitos, poder-se-á ter uma ideia do cenário relativo à acessibilidade no comércio online. Apesar de muitas atividades económicas serem de interesse público, a maioria dos serviços e websites não são acessíveis, conforme Gonçalves, Martins & Branco (2014).

Considerando que pessoas com algum tipo de incapacidade ou deficiência, nomeadamente ao nível da visão, sentem dificuldades em realizar compras em espaços físicos (ex. falta de etiquetas em Braille e de textos ampliados), a web, pelo seu potencial inclusivo e capacidade de interoperabilidade entre diferentes tecnologias, deveria ser uma alternativa eficaz e eficiente para todos.

Para ler

Sou o Filipe, tenho 43 anos e já corri meio mundo... mas o que me caracteriza mesmo é a imensa paixão por fotografia. Sempre fiz registos de eventos tradicionais como casamentos e batizados. Inicialmente fotos, depois fotos e vídeo, hoje em dia é mais a fotorreportagem. A parte mais complexa é sempre a das provas, uma vez que os clientes não são apenas os “protagonistas” mas também os convidados – muito mais difícil de chegar. Mas graças aos avanços tecnológicos relacionados com a internet, criei uma “webstore” e tem funcionado lindamente.

O processo é simples e seguro. Crio o álbum do cliente, protegido com uma palavra-chave, e envio os dados de acesso por email. O cliente, por sua vez, encaminha os dados para os seus convidados. Todos acedem às fotos, adicionam à lista de compras e finalizam com pagamento online. Tem corrido muito bem mesmo, aliás, aumentei o volume de vendas! Mas, na semana passada recebi a seguinte mensagem:

Caro Filipe,

Tentei aceder ao álbum de fotografias com os dados que a Sofia e o Martim me enviaram e fiquei extremamente descontente com o cenário. Por acaso o Filipe já ouviu falar em acessibilidade na web? Estou em crer que não. E é por considerar que é uma questão de ignorância e não de negligência consciente que lhe escrevo e não avanço com uma denúncia na Defesa do Consumidor.

Tenho baixa-visão e uso software para ampliação e leitor de ecrã. Quando tentei entrar no álbum foi uma aventura! Foi um saltar constante entre os softwares que utilizo... Primeiro encontrar o campo da senha, depois de entrar deparei-me com fotos que, devido à ampliação que necessito para ver o que está no ecrã, não consigo ter a perceção total da foto. Mais uma vez ativei o leitor de ecrã para ver se tinha algum texto alternativo com indicação das pessoas que estavam nas fotos e... nada.

Assim, se o Filipe pretende comercializar as fotos online, deverá ter em consideração que os seus clientes podem ter problemas de visão e têm, tal como todos os outros, direito a adquirir as fotos.

Cordiais cumprimentos, M.

Fiquei estupefacto com esta mensagem!

Nunca me passou pela cabeça que “uma pessoa que não vê” tivesse interesse em adquirir fotos. Aliás, quando pensei avançar com a webstore fiz pesquisas para encontrar a melhor solução e nenhuma falou em acessibilidade, como por exemplo neste site “*Website Design Tips for Wedding Photographers*” ou nos tops de melhores sites nesta área como “*20 Wedding Photographers with Outstanding Websites*”.

Decidi utilizar a ferramenta Shoot Proof que por ser uma das recomendadas para este negócio deveria responder a todos os requisitos. Depois deste mail fui fazer novas pesquisas, nomeadamente de sites ligados a fotos e parece-me que todos são muito semelhantes ao meu...

Terá esta reclamação fundamento? No fundo, estas pessoas também não vão ao cinema, não conduzem... Será que não estarei a exagerar na preocupação? Se calhar estou a tentar ser mais papista que o Papa...

Para equacionar

E agora...

- Mudar de ferramenta
- Ferramentas de webstore existentes sem acessibilidade
- Pedir aos clientes que descrevam as fotos
- Tornar acessível serviços/produtos exclusivamente visuais para casos esporádicos
- Consequências deste tipo de reclamação
- Existem coimas para comércio online que não esteja acessível a todos

Para debater

1. O que deve fazer o Filipe?

Quais as estratégias concretas que o Filipe deve adotar? Deixar o site como está? Tornar o site acessível? Descrever as fotos e vídeos? Como?... se ele não sabe o nome dos convidados?

Antes de fazer o trabalho deve perguntar ao cliente se vai ter convidados com dificuldades ao nível da visão?

2. Como deve responder à reclamação?

O que dizer à pessoa que reclamou? Que desconhecia o problema? Que vai tentar melhorar? Que deve pedir aos amigos para lhe descreverem as fotos? Pedir-lhe ajuda de como fazer, para que não se repita a situação?

3. Mudar de ferramenta resolve o problema?

Será que contratando um programador que desenvolva uma webstore acessível resolve o problema? Haverá alguma ferramenta que descreva as imagens de forma automática?

4. Um site com conteúdos meramente visuais deve ser acessível?

De acordo com o Filipe, se uma pessoa cega ou com baixa visão não consegue ver as fotos e os vídeos, talvez não faça sentido preocupar-se com questões de acessibilidade. Nas suas palavras “Terá esta reclamação fundamento? No fundo, estas pessoas também não vão ao cinema, não conduzem...” Será que o Filipe tem razão? Fará sentido tornar o site e os conteúdos (apenas imagens), acessíveis para pessoas com incapacidade visual?

██████████ O problema apenas se resolve quando todos tivermos consciência do problema de uma forma geral. A partir desse momento, deixará de ser problema e evoluirá para rotina. (Samuel Patrocínio)

██████████ Criar uma plataforma onde as pessoas que aparecem nas fotos se identifiquem, identifiquem os outros e acrescentem outro tipo de informação (...). Deste modo, enriqueceria as fotografias e descrições, tornando o “álbum” um lugar de convívio e interação entre todos. (Liliana Bernardo)

██████████ A dignidade de cada pessoa é um valor supremo. Limitar, restringir ou impedir, qualquer pessoa com limitações físicas ou outras, à informação a que deve ter acesso, é “ferir” o âmagão da dignidade humana. (Samuel Patrocínio)

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real. A situação ainda não foi resolvida.

O Filipe falou com um programador e a situação não é fácil de resolver. Só criando uma plataforma de raiz, mas que exige bastante tempo uma vez que terá de integrar processos de proteção de imagem – não permitir guardar ou descarregar – que acabam por não ser acessíveis e colocam barreiras às tecnologias de apoio. Em alternativa, poderá colocar uma marca de água nas fotos, tal como acontece nos bancos de imagens.

Mas se, em termos de plataforma, o problema pode ser resolvido pelo programador, em termos de conteúdo a questão é mais complexa.

Para que as fotos e vídeos possam ser acessíveis será necessário descrevê-las... e o fotógrafo desconhece o nome dos convidados. Este processo terá de ser feito pelo cliente, mas irá exigir

tempo uma vez que uma fotorreportagem tem mais de 100 fotos e os vídeos chegam a ter a duração de 1 hora.

Como tal, sempre que surge um trabalho, o Filipe alerta o cliente para a necessidade de descrever as imagens assim que tiver as provas e antes de as disponibilizar no site, explicando o porquê. Mas, verdade seja dita, a maioria dos clientes refere que tal não será necessário pois não têm convidados com este tipo de dificuldade...

Para consultar

Referências

DeLone, W. H. & McLean, E. R. (2004) Measuring e-Commerce Success: Applying the DeLone & McLean Information Systems Success Model, *International Journal of Electronic Commerce*, 9:1, 31-47, DOI: 10.1080/10864415.2004.11044317

Diretiva (UE) 2016/2284 (2016, dezembro 14) do Parlamento Europeu e do Conselho.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:32016L2284>

Gonçalves, R.; Martins, J. & Branco, F. (2014). A review on the Portuguese enterprises web accessibility levels — a website accessibility high level improvement proposal. *Procedia Computer Science*, 27 (2014), pp. 176-185, DOI: 10.1016/j.procs.2014.02.021

Resolução do Conselho de Ministros N.º 91/2012 (2012, novembro 8) da Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 216, pp.6460-6465.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2012/11/21600/0646006465.pdf>

Rolf T. W. (1997) *Electronic Commerce: Definition, Theory, and Context*, *The Information Society*, 13:1, 1-16, DOI: 10.1080/019722497129241

Sugestões de pesquisa

E-Commerce Accessibility: Our Top 7 Issues for Product Detail Pages

<https://accessible360.com/accessible360-blog/e-commerce-accessibility-top-7-issues-product-detail-pages/>

Ecommerce Website Accessibility: Why and How to Improve it

<https://blog.templatetoaster.com/ecommerce-website-accessibility/>

Tipos de deficiência visual [https://www.news-medical.net/health/Types-of-visual-impairment-\(Portuguese\).aspx](https://www.news-medical.net/health/Types-of-visual-impairment-(Portuguese).aspx)

E-commerce: compras on-line mais seguras para os consumidores

<http://www.asae.gov.pt/pagina.aspx?f=3&back=1&id=22209>

Caso 6: Comunicar no silêncio

Autores: Natália Tomás¹ e Renato Coelho²

¹ Serviços de Ação Social, Instituto Politécnico de Leiria

² Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Coelho, R. & Tomás, N. (2018). Comunicar no silêncio. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

As “línguas dependem do cérebro humano, não do ouvido humano” (Stokoe,1960).

Quando pessoas surdas se juntam, naturalmente emerge a comunicação em língua gestual, no caso português, a Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Na antiguidade acreditava-se que a fala era fruto do pensamento, como tal, a pessoa surda era privada de educação, sendo mesmo excluída, rejeitada ou considerada uma criatura transcendente. Em outras épocas, a surdez era também vista como uma punição dos deuses ou associada à feitiçaria, sendo a pessoa surda abandonada ou sacrificada (Lopes, 2012, p.24).

Em Portugal, desde 1997, a LGP é reconhecida como expressão cultural e instrumento de acesso à educação e igualdade de oportunidades da Comunidade Surda. Graças aos media, a LGP tem ganho visibilidade, estando cada vez mais exposta publicamente à sociedade em geral e em particular à comunidade ouvinte.

Esta evolução torna o mundo mais esclarecido, tolerante e inclusivo. Com o passar do tempo, a sociedade que antes combatia direta e indiretamente os surdos, percebeu finalmente a necessidade de criar escolas específicas para a população surda bem como de promover a sua integração no mercado de trabalho.

Para ler

Chamo-me Deolinda Monteiro, tenho 44 anos, sou empregada fabril numa fábrica de bolachas em Alhandra. Como eu costumo dizer, pior do que não ter um emprego de sonho é não ter emprego, por isso, não me queixo da vida que por aqui levo.

Em setembro do ano passado foi-me colocado mais um desafio, íamos receber, na fábrica, uma nova colega e a gerência achou por bem “nomear-me” tutora da novata. Tudo bem, eu até gosto de formar a malta mais nova, vou-lhes dando umas dicas e orientações e costuma correr bem.

Mas... desta vez era diferente, a colega nunca tinha trabalhado numa fábrica e era surda de nascença, apenas “falava” em língua gestual portuguesa. Confesso que fiquei assustada, como é que eu iria conseguir “conversar” com a rapariguinha? Sabia que não podia contar com mais ninguém da fábrica...

Para equacionar

A Deolinda sentiu-se perdida... uma coisa é comunicar com alguém que fala uma língua estrangeira, faz-se uns gestos que toda a gente entende e consegue-se, pelo menos, comunicar coisas básicas. Outra coisa é falar com alguém que não nos ouve e cujos gestos que nós achamos que todos entendem, podem ter outro significado numa Língua Gestual.

Preocupações da Deolinda...

- Como comunicar com uma pessoa surda
- Quanto tempo demora a aprender a Língua Gestual
- Comunicar pela escrita poderá ser a solução
- Será que a pessoa surda tem alguma limitação laboral
- A instituição é obrigada a tomar medidas de integração

Para debater

1. Quais são as maiores barreiras à comunicação?

Na sua opinião, quais são as grandes barreiras à comunicação entre pessoas ouvintes e pessoas surdas? Estarão as instituições preparadas para acolher pessoas surdas nas suas equipas? Conhece alguma estratégia de integração bem-sucedida? Quais foram as estratégias adotadas? Pesquise exemplos de boas práticas.

2. Que medidas tomaria se fosse a Deolinda?

Colocando-se no papel da Deolinda o que faria? Será que um curso rápido de 1 mês seria o suficiente para aprender a comunicar em LGP? Tentar comunicar através da escrita será uma estratégia?

3. Estão as instituições preparadas para comunicar com pessoas surdas?

Será que os vários serviços, nomeadamente os públicos, têm a capacidade de comunicar com pessoas surdas? O que falta para que a comunicação seja melhorada? Qual a forma/solução para que a pessoa surda tenha melhor qualidade de acessibilidade aos serviços públicos?

4. Uma pessoa surda tem alguma limitação laboral?

Que tipo de funções a pessoa com surdez não pode assumir? Pesquise notícias em que a pessoa surda tenha sucesso na sua função.

(balão de diálogo) *A pessoa surda pode exercer qualquer área profissional, uma vez que as dificuldades são transversais a todas as pessoas. (...) a limitação laboral surge mais da impossibilidade ou dificuldade nas questões de adaptações, do que propriamente no desempenho da pessoa surda. (Marta Costa)*

(balão de diálogo) *As maiores barreiras à comunicação são de cariz físico, de cariz semântico e de cariz psicológico. As barreiras físicas advêm das distintas naturezas de línguas dos interlocutores. Sendo uma oral e outra gestual, pressupõem o uso de canais diferentes. As barreiras semânticas estão relacionadas com a arbitrariedade, propriedade inerente a qualquer língua natural. Por fim, as barreiras psicológicas parecem, a meu ver, prender-se com o desconhecimento, com o preconceito que dele resulta e com uma certa despreocupação com o outro e com as suas respetivas necessidades. (Joana Querido)*

(balão de diálogo) *A verdade é que a legislação portuguesa contempla vagas na função pública para pessoas com deficiência (nomeadamente surdez). Mas não é menos verdade que Portugal, apesar dos esforços feitos no campo da inclusão, ainda não tem intérpretes de LPG em todas as organizações. (Gabriela Lima)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real.

A Deolinda fez uns telefonemas para associações, procurou encontrar situações similares e trocar impressões. A colaboração do Centro Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira (CEDJRP) – Centro de Recursos especializado da Casa Pia, foi determinante em todo o processo, continuando a manter contacto, de forma periódica, com a equipa de trabalho.

O Centro de Recursos do CEDJRP é composto por uma equipa especializada no apoio a pessoas surdas e surdocegas ao nível do acesso à qualificação e emprego. É uma entidade credenciada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) desde 2013 e a trabalhar de forma estruturada desde 1989, desenvolvendo um trabalho de articulação com 24 centros de emprego da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. A intervenção destina-se somente a pessoas em idade ativa. A colaboração com o CEDJRP tem sido fundamental para esclarecer dúvidas, definir novas estratégias, definir novos procedimentos, novas tarefas, e claro, superar a desconfiança inicial da equipa e da própria colega surda.

Além desta colaboração, o trabalho em equipa tem ajudado à integração e foi-se desenvolvendo uma cumplicidade e espírito de equipa. Aos poucos aprende-se Língua Gestual com a nova colega. Cada passo dado com sucesso torna a equipa mais forte, mais organizada e mais competente. Com calma e bom senso tudo se vai resolvendo. Hoje, a equipa está mais rica, conta com mais um elemento bem integrado, sempre disponível e que, mesmo no silêncio que a caracteriza, comunica intensamente com o restante grupo.

Acrescenta-se ainda que:

Quanto a limitações laborais, a pessoa surda não as tem, exceto em situações – como referido no debate – em que a audição seja um requisito para o exercício da função.

Quanto à preparação dos empregadores... será subjetiva a resposta, pois tem a ver com a sensibilidade de cada agente para a integração do trabalhador, contanto que a pessoa com deficiência também faz parte do mecanismo de integração: todos terão de trabalhar para que funcione.

A principal barreira à comunicação é mesmo a atitude que as pessoas apresentam. Aprender a LGP é uma ótima solução, das melhores até, mas não a única: a forma como incluímos e criamos condições para que as pessoas com surdez façam parte de um grupo de trabalho – se sintam membro da equipa – é mais de meio caminho andado para resolver as barreiras da comunicação.

Para consultar

Referências

Lopes, A. P. (2012). A educação da pessoa surda. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Maringá.

http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/ANA_PAULA_LOPES.PDF

Stokoe, W. C. Sign language structure. Silver Printing: Listok Press, 1960.

Sugestões de pesquisa

Associação Portuguesa de Surdos. <http://www.apsurdos.org.pt/>

Caso 7: Urbanismo, acessibilidade e bom senso

Autores: Manuela Francisco¹ e Norberto Sousa²

¹ Unidade de Ensino a Distância, Instituto Politécnico de Leiria

² ComAcesso

Referir este caso: Francisco, M. & Sousa, N. (2018). Urbanismo, acessibilidade e bom senso. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

A acessibilidade física consiste na possibilidade de alcançar, utilizar e interagir de forma autónoma e eficaz com qualquer espaço, objeto ou informação em suporte físico. Para que tal seja possível é necessário ter em conta os princípios do Design Universal, conceito que surgiu apenas na década de 70. Se a questão do “design para todos” é recente, a sua aplicação é morosa e tardia. Só no final do séc. XX a acessibilidade física passou a ser regulamentada em Portugal, através do Decreto-Lei n.º 123/97, revogado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 que “Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais”.

Vindo reforçar a sua aplicação, a RCM nº9/2007, aprova o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), que apresenta de forma sistematizada um conjunto de medidas relacionadas com a acessibilidade física e digital, com o objetivo de proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais, a autonomia, a igualdade de oportunidades e a sua participação social. Contudo, o Decreto-Lei n.º 53/2014 que estabelece um regime excecional aplicável à reabilitação de edifícios habitacionais com pelo menos 30 anos, prevê no seu Artº 4 a “Dispensa de aplicação do regime legal de acessibilidades”

Para ler

Vasco é arquiteto e é um dos responsáveis pelo projeto de uma nova urbanização na zona norte da cidade. Como tem um irmão com paralisia cerebral e uma das suas colegas de curso usava cadeira de rodas, as dificuldades de mobilidade não lhe são indiferentes, além de que existe legislação para a acessibilidade física. Assim, uma das preocupações da equipa responsável pelo projeto é a acessibilidade, dentro e fora dos edifícios.

Sendo um projeto que começa de raiz, garantir a acessibilidade é relativamente simples, sobretudo quando se está familiarizado com algumas das barreiras existentes. Contudo, coloca-se o problema dos acessos a esta nova urbanização. A rede de transportes públicos não contempla ainda esta zona da cidade, no entanto, existe uma paragem de autocarro a cerca de 800 metros, que serve uma urbanização existente.

O Vasco fez o percurso a pé até à paragem e detetou algumas situações que podem criar problemas a alguns moradores. Da nova urbanização até à paragem é necessário descer uma rua que atravessa a velha urbanização.

Os passeios existentes têm cerca de 2 metros de largura. Até aqui tudo bem, mas...

- os prédios existentes têm varandas, que se projetam 1 metro sobre o passeio. Apesar dos prédios terem caves altas, como existe desnível no terreno, o primeiro prédio da rua tem as varandas do rés-do-chão a cerca de 1,50 metros de altura do passeio;
- o material utilizado nos passeios é a bela calçada portuguesa;

- os estacionamento perpendiculares ao passeio que é relativamente baixo (apenas com 10 cm de altura).

Para equacionar

Acesso à rede de transportes públicos

- Problemas para quem se desloca a pé
- Problemas para pessoas com mobilidade reduzida
- Problemas relacionados com os materiais
- Legislação sobre alterações do património edificado

Para debater

1. O que faria se fosse o Vasco?

Considerando que a legislação se aplica às novas urbanizações e que é difícil intervir no património edificado, que medidas tomaria?

2. Como se podem resolver situações destas?

Com ou sem conhecimentos técnicos e legais relativos a esta área, quais as soluções que considera serem as mais adequadas para situações destas? A ideia é fazermos um brainstorming, apelando-se à criatividade, sensibilidade e bom senso.

3. Que problemas poderão ocorrer?

Considerando os aspetos detetados pelo Vasco na urbanização existente, que problemas poderão surgir aos utentes?

4. Que outros exemplos de barreiras físicas?

Já se confrontou com estas ou outras situações urbanísticas/ arquitetónicas? Se sim, indique quais e em que medida afetaram ou afetam o acesso/percurso.

(balão de diálogo) *A sensibilização é fundamental desde cedo, mas também é fundamental junto de quem planeia, de quem constrói, de quem regula e de quem fiscaliza... Leis e regulamentos já temos em bom número, é preciso que se comece a transportar finalmente essa teoria para a prática. (Joana Esteves)*

(balão de diálogo) *O sistema não tem ainda recursos para antecipar de maneira abrangente as situações problemáticas e tende a tratar os projectos seguindo o esquema do business as usual. O mais difícil de resolver é tudo o que foi feito anteriormente e que se tornou disfuncional. Seria ótimo que os orçamentos abrissem vias à inovação de modo a reinventar o “viver” nas zonas urbanizadas. (Cristiana Santos)*

(balão de diálogo) *A solução tem que passar por uma reformulação da cidade, sempre tendo em conta que se tratam, muitas vezes, de zonas consolidadas. Criar uma rede pedonal verdadeiramente inclusiva que se articule com a rede de transportes, com os equipamentos, com a cidade em geral, seria o ideal. (Joana Esteves)*

Para reter

Tal como foi referido no debate, os problemas relacionados com o que está edificado, constituem graves barreiras de acessibilidade aos peões.

Assim, considerando que cada caso é um caso, apresentam-se alguns aspetos da proposta do Vasco:

- Nas entradas dos novos edifícios colocar mapas em relevo e informação a negro e em Braille sobre os acessos e percursos mais confortáveis para o comércio e estações de transportes públicos mais próximas, alertando para os obstáculos e barreiras que podem ser encontrados nos percursos.
- Solicitar à Câmara Municipal a colocação de um murete a contornar os passeios existentes; a colocação de dispositivos eletrónicos no início da rua que enviam através de uma App informação para smartphones e bengalas eletrónicas.
- A colocação de barras em borracha flexível nas varandas que se encontram a 1,5 metros de altura do passeio.
- Solicitar à companhia de transportes públicos que serve a zona, a integração de mais uma paragem no percurso.

Para consultar

Referências

Decreto-Lei n.º 163/2006 (2006, agosto 8), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República, 1ª série, N.º 152, pp.5670-5689 <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

Decreto-Lei n.º 53/2014 (2014, abril 8), do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Diário da República, 1ª série, N.º 69, pp.2337-2340. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25344757/details/maximized>

Resolução do Conselho de Ministros N.º 9/2007 (2007, janeiro 17), da Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República, 1.ª série, N.º 12, pp.366-377. <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/01/01200/03660377.pdf>

Sugestões de pesquisa

Legislação portuguesa relacionada com as acessibilidades físicas.

https://www.oasrn.org/apoio.php?pag=tema_detalle&id=16&num=1

Guia “Acessibilidade e mobilidade para todos” apontamentos para uma melhor interpretação do D.L. 163/2006 de 8 de agosto.

<http://www.inr.pt/uploads/docs/acessibilidade/GuiaAcessEmobi.pdf>

Reportagem Público “sente-se na minha cadeira: a cidade não é para todos”.

https://www.publico.pt/multimedia/interactivo/sente-se-na-minhacadeira?page=/&b=feature_a

Caso 8: Cores, aromas e outras diferenças culturais

Autor: Sónia Cunha¹

¹ Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Cunha, S. (2018). Cores, aromas e outras diferenças culturais. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

O mundo de hoje faz um apelo premente à multiculturalidade. Teremos de aprender a lidar com os desafios que o convívio com diferentes culturas sugere, seja em que contexto for. Portugal tem na sua história uma tradição de abertura ao mundo sendo a nossa hospitalidade reconhecida. Os números são disso prova. Em 2017, Portugal recebeu 24,1 milhões de hóspedes, dos quais 3,4 milhões ficaram em alojamento local, representando cerca de 14% dos turistas (INE, 2018). O mercado de alojamento de curta duração promovido por plataformas digitais amplificou a especulação imobiliária provocando a expulsão dos habitantes do centro das cidades, nomeadamente Porto e Lisboa.

A valorização do mercado imobiliário tem consequências para pessoas com empregos estáveis, mas atinge com maior gravidade a população mais vulnerável. O relatório da Amnistia Internacional (2018) dá conta da discriminação de minorias no acesso à habitação e apela à criação de novos programas de habitação. Muito embora se reconheça a importância do Turismo na economia, a habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado e por isso é necessário que as cidades possam ser habitadas e não apenas visitadas “promovendo a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais” (XXI Governo Constitucional, 2018).

Para ler

A situação apresentada neste caso foge aos cânones habituais das personagens fictícias e começa com um artigo da imprensa britânica para ilustrar uma das problemáticas associadas ao mercado imobiliário.

Um dos maiores empresários do ramo imobiliário do Reino Unido proíbe os seus parceiros de negócio de arrendarem casas a pessoas de cor “por causa do cheiro de caril”. Fergus Wilson deu instruções para não alugar casas também pais solteiros, trabalhadores de baixo salário... e canalizadores. Fonte: Independent (28/03/2017)

Relacionado com este assunto, outro artigo refere:

Fergus Wilson, de 70 anos, não se arrependeu quando foi questionado sobre a sua proibição. O proprietário que já teve até 1.000 propriedades em Kent, disse: “Para ser honesto, estamos sobrecarregados com pessoas de cor. É um problema com certos tipos de pessoas de cor – aqueles que consomem caril – e que se entranha na alcatifa. Temos que usar produtos químicos para tirar o cheiro. Em casos extremos, precisa-se substituir a alcatifa.” Fonte: Sun (28/03/2017)

Várias foram as vozes de indignação que se manifestaram contra o empresário como a HOPE not hate ou a GenerationRent alegando que:

Não se pode tratar ninguém assim, negando um lugar para viver baseado na cor da pele (...) Esta é a face inaceitável da crise imobiliária e por isso Sr. Wilson deve enfrentar consequências jurídicas, encorajando a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos a investigar mais uma vez com urgência.” Fonte: Sun (28/03/2017)

A crise da habitação é uma crise mundial, que atinge todas as classes e grupos, com particular incidência nos mais frágeis e mais vulneráveis: idosos, emigrantes, desempregados. As Nações Unidas já emitiram comunicado:

De acordo com o relator especial das Nações Unidas sobre o direito à habitação: a especulação financeira levou a uma crise de habitação global “insustentável”. Fonte: Sun (28/03/2017)

Em Portugal, com o advento do alojamento local, das grandes plataformas web de arrendamento temporário, o mercado imobiliário inflacionou ainda mais, impedindo arrendamentos mais longos e mais acessíveis. Os portugueses têm maiores rendimentos na plataforma Airbnb do que os espanhóis e italianos. Acima de Portugal só o Japão ganha mais. Perante a situação, assistimos a uma espécie de triângulo das Bermudas do mercado imobiliário:

- População: Os mais idosos queixam-se de abuso no aumento das rendas, da falta de proteção perante os mais fortes, 64% dos estudantes queixa-se das residências e casas alugadas, as pessoas de cor são impedidas de alugar casas pelo cheiro, os inquilinos que ainda pagam rendas (consideradas) baixas são despejados e a etnia cigana pede por condições dignas de habitação.
- Proprietários: Os proprietários queixam-se que não podem continuar a assistir ao mercado e manter as rendas baixas, sem atualizações. Além disso, veem no alojamento local uma maneira mais fácil de rentabilizar o investimento, mais segura e menos problemática do ponto de vista das condições da casa e da sua manutenção.
- Governo: O Poder Público observa a meia distância os players do mercado e vai sofrendo pressões dos grandes grupos de investimento, ao mesmo tempo, que os cidadãos inauguram movimentos e associações para verem as cidades serem-lhes devolvidas a preços comportáveis de arrendamento.

Para equacionar

Mercado imobiliário

- Características e necessidades da população
- Direitos e deveres dos proprietários
- Prós e contras do turismo
- Papel do governo
- Ausência de medidas legislativas
- Zonas desertificadas e sobrepopoadas

Para debater

1. Cores e aromas versus branco e inodoro

Conceitos como “higiene”, “limpeza”, “organização”, “estética” e até a forma como o indivíduo se relaciona com o espaço envolvente, varia consoante a cultura, crença ou ideologia.

Se fosse o Sr. Wilson, como agiria? Alguma vez viveu uma situação semelhante, de partilha ou aluguer de espaço, com pessoas com hábitos de organização diferentes dos seus? Como reagiu?

2. Turismo: carrasco versus salvador

Nas questões em torno da habitação encontramos várias notícias como por exemplo no expresso online o artigo “Que Lisboa é esta” de 16-09-2017 ou no observador o artigo “Ilhas típicas do Porto ganham nova vida com turistas e estudantes” de 1-07-2017. Assim, levanta-se a questão: assumirá o turismo o papel de carrasco ou de salvador?

3. Sobrepopulação versus desertificação

Enquanto mais de metade do território português “está em risco de desertificação”, a outra metade vai sendo expulsa sub-repticiamente das cidades, face aos preços elevados ou simplesmente por segregação residencial de base étnica/racial...

Para quem ficarão as cidades? Para quem ficará o interior?

4. Habitação social: sim ou não?

O prémio Pritzker de 2016 foi atribuído ao chileno Alejandro Aravena, colocando de novo a habitação social nas bocas do mundo pela sua dedicação a projetos de cariz humanitário, com forte participação comunitária.

Deverá continuar a apostar-se na habitação social? Se sim, em que moldes... Se não, quais as alternativas aos preços praticados?

(balão de diálogo) *O “caril” é apenas uma questão de racismo e segregação. Porque uns usam caril, outros assam sardinhas, e outros usam essências mais exóticas para perfumar a casa. Independente da cultura, religião e nacionalidade (...) devem ser respeitadas as regras de vivência em comunidade. (Gabriela Lima)*

(balão de diálogo) *Para quem fica o interior? Para quem tem hipótese e oportunidade de lá se estabelecer, para quem tem contrapartidas financeiras, logísticas, etc., para quem se cansou de viver nas cidades e para quem procura qualidade de vida. E ainda para quem não se consegue, financeiramente, manter nas grandes cidades. (Marta Costa)*

Para reter

Em termos gerais...

O direito à habitação está consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa. Faz parte dos direitos sociais e compete ao Estado assegurar a concretização deste direito. O direito à habitação está igualmente consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e na Carta Social Europeia, estando Portugal vinculado a ambas.

A realidade está longe de providenciar a todos habitação digna e quem precisa de casa fica muitas vezes refém dos proprietários ou dos bancos. Esta temática ganha particular incidência quando o mercado são as grandes cidades aumentando o perigo de exclusão e/ou segregação étnico-cultural e outras. Têm sido vários os debates em torno das questões da habitação, adensado pelo desenvolvimento acentuado do turismo e, por isso, deixaremos no desfecho deste caso, documentos, opiniões, movimentos, que deixam antever alguns caminhos na tentativa de mitigar a precariedade a que se assiste atualmente.

Em relação ao caso...

Sobre o caso inglês e acerca das declarações proferidas por Fergus Wilson a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos foi chamada a intervir e levou o proprietário a tribunal.

Tradução do original:

As revelações no início deste ano levaram a Comissão de Igualdade e Direitos Humanos a iniciar um processo legal e disse que as ações de Wilson negavam aos cidadãos indianos e paquistaneses a hipótese de viver nas suas propriedades. Recusar-se a alugar uma casa com base na raça é ilegal. O tribunal concedeu medida liminar contra suas regras, e se Wilson obedecer, não serão tomadas nenhuma medidas adicionais. Se ele persistir com a política, poderá ser multado.

Ainda de acordo com Rebecca Hilsenrath, Chefe Executiva da Comissão para Igualdade e Direitos Humanos:

“Saudamos esta proibição pelo tribunal da política discriminatória do Sr. Wilson. As nossas casas são fundamentais para nossas vidas privadas e para quem somos. A negação de uma casa baseada em critérios como raça ou cor é conduta abominável e que não aceitamos na sociedade de hoje. Ainda há profundas desigualdades no nosso país, (...) e infelizmente algumas das causas dessas desigualdades foram ilustradas pelos comentários de Wilson durante o verão. No entanto, hoje, estamos um passo mais perto para uma Grã-Bretanha mais igualitária.”

Esta é sem dúvida uma ótima frase para desfecho deste caso e na caminhada para uma sociedade mais inclusiva!

Fonte: Daily mail, artigo “No Indians or Pakistanis due to the curry smell” de 8-11-2016.

Para consultar

Referências

Amnistia internacional (2018, fevereiro 23). Relatório Anual 2017/18 da Amnistia Internacional [online]. <https://www.amnistia.pt/portugal-deveresolver-outra-forma-as-condicoes-habitacionais-inadequadas-grupos-vulneraveis-reforcar-acolhimento-refugiados/>

INE (2018). Estatísticas do Turismo – 2017.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=320462327&PUBLICACOESmodo=2

XXI Governo Constitucional (2018, abril 23). Relatório da consulta pública da Nova Geração de Políticas de Habitação. República Portuguesa

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-da-consulta-publica-da-nova-geracao-de-politicas-de-habitacao>

Sugestões de pesquisa

Relatórios: Relatório sobre Direito à Habitação apresentado pelo Conselho dos Direitos Humanos em Genebra; Nova Geração de Políticas de Habitação

Artigos e Debates: Nova geração de políticas de habitação; Negócio de Turismo no Interior; Prós e Contras

Sites e Organizações: Portal da habitação; Citylab

Caso 9: Conferência inclusiva

Autores: Catarina Mangas¹ e Joana Sousa²

¹ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria

² Associação Nacional e Profissional de Interpretação – Língua Gestual

Referir este caso: Mangas, C. & Sousa, J. (2018). Conferência inclusiva. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

A inclusão advém de um percurso que se iniciou pela exclusão, em que se entendiam as pessoas com deficiência como inválidas, seguindo-se a segregação destas pessoas em instituições residenciais e a integração, que acarreta a desinstitucionalização das pessoas com deficiência, agrupando-as entre si nos contextos sociais.

Inclusão, na realidade, é mais do que a aceitação da presença de pessoas com incapacidades ou limitações, mas o reconhecimento da existência de diferenças que implicam que os ambientes ofereçam condições para que todos possam ter acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, desenvolvendo o seu potencial da forma mais autónoma possível.

Para o efeito, os espaços físicos e digitais devem assegurar condições de acessibilidade a diferentes públicos, sendo notório o esforço de Portugal nesse propósito, nomeadamente pela aprovação do Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, que define o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. A publicação da tradução para português das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web, a 24 de outubro de 2014, pelo consórcio internacional W3C tem, ainda, permitido que muitas entidades tenham em conta os diferentes públicos na construção e reformulação das suas páginas web.

Para ler

A Sónia faz parte da Comissão Organizadora de um evento científico internacional, e é o elemento responsável por proporcionar a todos os participantes um acesso e participação equitativa. Neste sentido, para que sejam todos bem-vindos, a Sónia deverá ter em conta os seguintes aspetos:

- **Planeamento:** Para planear um evento científico é necessário, em primeiro lugar, acautelar as despesas, prevendo um orçamento. Neste devem ser tidos em conta todos os custos ligados à acessibilidade.
- **Equipa:** A equipa envolvida no planeamento e concretização do evento deve ter formação adequada para receber públicos diversificados sendo, por isso, fundamental acautelar que os vários elementos intervenientes, desde as pessoas que se encontram no secretariado do evento, à segurança, pessoal responsável pelo catering, entre outros, recebem essa formação.
- **Autonomia dos participantes:** A autonomia dos cidadãos é um direito fundamental. Esta passa pela capacidade de a pessoa conseguir, de forma independente, chegar, deslocar-se e participar ativamente em todos os momentos do evento.

- Comunicação: O ser humano é um ser naturalmente comunicativo, embora os estilos e formas de comunicar possam ser diferentes. Num evento científico, a divulgação prévia é a primeira etapa a considerar.
- Segurança: Num evento com grande número de participantes, é fundamental ter em consideração a segurança e bem-estar de todos. Neste sentido, é necessário prever eventuais situações de emergência e a forma como os participantes serão apoiados e orientados no momento de implementação de um plano de evacuação.

Assim, tendo em conta a diversidade de públicos, estes são os principais aspetos a ter em conta, para os quais a Sónia necessita encontrar solução.

Para equacionar

Aspetos a considerar

- Necessidades dos participantes
- Questões orçamentais
- Comunicação, segurança e autonomia
- Competências da Equipa
- Recursos, materiais e espaços

Para debater

1. Questões orçamentais...

Que itens deve a Sónia colocar neste orçamento?

2. Formação da equipa...

Que componentes incluiria nessa formação? Tenha em conta que o objetivo é proporcionar aos participantes uma experiência confortável e sem limitações, desde o momento em que têm conhecimento do evento até ao dia da sua concretização.

3. Questões de autonomia...

Para este efeito, estão previstas pessoas responsáveis para o acompanhamento dos participantes? Imagine que um participante chega ao local do evento utilizando transportes públicos. Será que estes lhe proporcionarão as condições mais favoráveis para a sua deslocação? E se utilizar um veículo próprio, existem vagas de estacionamento reservadas? Ao longo do dia do evento, há diversas necessidades básicas que têm de ser asseguradas, por exemplo, acesso às casas de banho, aos espaços de alimentação ou a zonas reservadas. Que fatores deverá ter em consideração na preparação destes espaços? Que sinalização vai incluir nos espaços? Que características terá essa sinalética?

4. Questões de segurança...

Quais as instruções que este plano deve conter?

5. Questões de comunicação...

Como se pode fazer essa divulgação tornando-a acessível a todos? O evento tem uma imagem associada? Tem uma página web? Que materiais de apoio e equipamentos serão disponibilizados aos participantes? Após o evento, há normalmente a difusão das comunicações e das conclusões. Como será feita essa difusão? Será elaborado um livro de

atas? Será feita uma publicação em revista científica Quais os cuidados a ter para que estes materiais sejam acessíveis?

(balão de diálogo) *Essa equipe deve ter formação adequada para atender a todos que participem do evento. E ter em sua composição um intérprete de língua de sinais, tendo em conta que pode haver participantes estrangeiros que usam outra língua de sinais que não a do país ofertante do evento. (Suammy Cordeiro)*

(balão de diálogo) *O atendimento deverá ser personalizado, assegurando-se de antemão, junto dos convidados ou dos cuidadores destes, acerca do meio de transporte utilizado, fornecendo contacto para auxílio aquando da chegada. (...) Indicar à chegada onde são os espaços utilizados no âmbito do evento e o apoio fornecido. Deverá existir sinalética em diversos formatos. A comida deverá apresentar soluções para todos. (Nádia Lima)*

Para reter

1. Questões orçamentais...

Os custos inerentes à acessibilidade devem fazer parte do orçamento de um evento científico, tal como qualquer outra despesa. Além das despesas habituais, deve ter em conta a adaptação dos espaços/recursos disponibilizados, tornando-os acessíveis a todos. É importante assegurar que se incluem recursos humanos com competências e/ou formação nas áreas da acessibilidade e inclusão (ex. web designer; intérpretes de Língua Gestual; audiodescritor; tradutor-intérprete). O número de profissionais deve ser ajustado à dimensão do evento e às características da tarefa a desenvolver (ex. num evento internacional recomenda-se, pelo menos, 4 intérpretes de Língua Gestual, uma vez que existem várias línguas de trabalho e são necessários momentos de pausa).

Os custos com os materiais de apoio devem incluir a sua reprodução em multiformato (Braille, escrita aumentada, áudio, vídeo em Língua Gestual, escrita simplificada), o mesmo acontece nas comunicações apresentadas no evento. Caso os espaços não estejam preparados, é importante contemplar no orçamento as adaptações necessárias (ex. sinalização de degraus ou de outros obstáculos; rampas; casas-de-banho adaptadas).

Deve ainda ser criada uma ficha de inscrição que contemple questões acerca das necessidades específicas dos participantes, permitindo assegurar atempadamente tudo o que é necessário, evitando surpresas desagradáveis de última hora!

2. Formação da equipa...

Na formação da equipa responsável pela conferência, devem ser tidas em conta diversas componentes, nomeadamente: nomenclatura adequada (ex. pessoa com deficiência e não 'deficiente'), serviços inclusivos disponibilizados pelo evento (ex. área reservada, vagas de estacionamento reservadas) ou estratégias de acompanhamento e comunicação (ex. criação de material em Braille). Devem ser contratadas pessoas com deficiência para a equipa que se encontra a organizar/dinamizar o evento.

3. Questões de autonomia...

A autonomia de qualquer cidadão é um direito que deve ser garantido, podendo ser necessário acompanhamento de outra pessoa (da equipa da conferência ou um assistente pessoal) ou por um animal de assistência. Por esta razão, esta possibilidade deve estar assegurada, garantindo um lugar para o acompanhante e condições para o animal (por

exemplo, bebedouro). Para além disso, devem ser assegurados lugares de estacionamento para todos os participantes que deles necessitem. Essa informação deverá constar desde o início, na divulgação do evento. Sabendo que uma cadeira de rodas standard ocupa 1,20 m x 0,80 m, deverão reservar-se 50 metros quadrados. Os cuidados com a visibilidade de quem usa cadeiras de rodas também devem ser tidos em conta, pois veem numa perspetiva diferente. Assim, o ângulo de visibilidade deverá permitir que possam ver tudo, tendo como máxima a altura de 4,15 m.

As áreas reservadas a pessoas com mobilidade reduzida (ex. para momentos de pausa/descanso) devem ter condições condignas e as casas de banho adaptadas. O espaço para muda fraldas deve estar, também, contemplado. Dado que as pessoas surdas usam as mãos para comunicar deverão ser dispostas mesas mais baixas, nas zonas do coffee break, para que estes possam pousar copos sem terem de interromper a sua conversa.

4. Questões de comunicação...

Sendo a web um dos canais de divulgação deverá disponibilizar vídeos em Língua Gestual ou Língua de sinais e conteúdos acessíveis às diferentes tecnologias de apoio utilizadas em contexto web. Escrita simples e pictográfica deverá ser também uma preocupação, nomeadamente para pessoas com algum tipo de limitação intelectual. Caso exista uma imagem associada ao evento, esta deverá ser descrita e no caso de existir cor, será necessário usar o código das cores para as pessoas daltónicas. Estes cuidados deverão ter lugar tanto na divulgação do evento, como no dia do evento.

Toda a informação inerente à conferência deverá ser disponibilizada em Braille, bem como em inglês ou noutra língua oficial da Conferência, através de audiodescrição e língua gestual, nomeadamente a eventual publicação que possa advir do evento. Não descure a sinalética. Esta deve ser simples e intuitiva.

5. Questões de segurança...

É necessário que a equipa de segurança conheça as regras do evento, por exemplo, quais as pessoas que podem usufruir das áreas reservadas. Em caso de emergência, os sinais devem incluir informação visual e também sonora indicando a situação e as saídas mais próximas. Os corredores e espaços de evacuação devem ser suficientemente amplos para albergar grande quantidade de pessoas, nomeadamente as que se deslocam em cadeira de rodas, e devem ser desprovidos de degraus ou outros obstáculos.

Para consultar

Referências

Decreto-Lei n.º 163/2006 (2006, agosto 8), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República, 1ª série, N.º 152, pp.5670-5689 <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

W3C. (2008, dezembro 11). Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0. In B. Caldwell, M. Cooper, L. G. Reid & G. Vanderheiden (Eds). World Wide Web Consortium [Website]. <http://www.w3.org/TR/WCAG20/>

Sugestões de pesquisa

Metro Toronto Convention Center (s.d.). A Planning Guide for Accessible Conferences.

Instituto Nacional de Reabilitação (s.d.). Acessibilidade em Conferências e Reuniões.

Prefeitura de São Paulo – Acessibilidade e Inclusão (s.d.). Guia de Acessibilidade em Eventos.

Sebrae (s.d.). Guia sobre Acessibilidade em Eventos.

Catálogo de tradutores e intérpretes (s.d.). O que é necessário saber para contratar intérpretes e tradutores!

INR (s.d.). Acessibilidades

Caso 10: O valor do tempo: paciência e tolerância

Autor: Olga Santos¹

¹ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Santos, O. (2018). O valor do tempo: paciência e tolerância. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

O ser humano nasce com potencialidades para aprender a falar que são facilitadas pelo meio e pela estimulação que recebe ao longo de todo o seu percurso. Tal percurso poderá culminar em situações menos desejáveis, onde o indivíduo poderá ficar com perturbações da linguagem, como é exemplo a disfemia, mais conhecida por gaguez.

Esta perturbação caracteriza-se pela existência de uma desconexão entre o pensamento e a fala, provocando uma interrupção brusca no discurso antes de uma palavra ou de uma sílaba (Salsinha, 2011, Gleittman, Fridlund & Reisberg, 2007). É um fenómeno muito complexo que surpreende pela quantidade de exceções e irregularidades (Zamora, 2007). Esta patologia pode desenvolver nos indivíduos sentimentos como vergonha, frustração, ansiedade, culpa e baixa autoestima, levando-os à solidão ao tomarem consciência da fraca fluência do seu discurso (Friedman, 2004).

A tolerância será a palavra-chave para incentivar os indivíduos, com esta perturbação da linguagem, a comunicar, mantendo um ambiente calmo para não agudizar a problemática em questão (Jakubovicz, 2009). Atendendo a que a gaguez se agrava com a idade, os indivíduos com esta patologia, deverão ter, da parte dos seus pares, um atendimento ajustado às suas necessidades, independentemente do local que tenham de frequentar, por necessidade ou lazer.

Para ler

Olá, sou a Sofia e trabalho numa repartição de Finanças, há cerca de 20 anos, algures em Portugal. Podem imaginar o número de pessoas que atendo diariamente, mas eu gosto daquilo que faço e acho que tenho vocação para lidar com público. Mas nem sempre é fácil e por vezes surgem situações com as quais não sabemos lidar.

Uma dessas situações que me deixou francamente atrapalhada aconteceu há pouco tempo. Havia uma fila interminável, com cerca de 40 minutos de espera por pessoa, para pagar o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

Chegou a vez do Sr. António, que era um cidadão que tinha dificuldades de comunicação, ou seja, perturbação da fluência (gaguez) o que requeria mais tempo para se exprimir. Eu entendia-o perfeitamente, contudo, o Sr. António tinha várias dúvidas que foi colocando ao seu ritmo, sendo que o meu dever era esclarecê-lo, independentemente do tempo necessário, pois tinha permanecido na fila até chegar a sua vez.

O problema surge quando as restantes pessoas começam a reclamar e se ouve em bom som a conversa entre alguns utentes:

- Francamente! Tanto tempo para pagar o IMI??
- Pudera o homem é gago!
- Podiam chamar outra pessoa para o atender...

- Não há uma fila para deficientes? Se não há... deveria haver.
- Ou então terem horas específicas para esta gente.

Ao ouvir isto, o Sr. António começou a ficar nervoso e a gaguejar cada vez mais. Eu fiquei igualmente nervosa com a situação e sem saber o que fazer. A determinada altura perdi a concentração e deixei de perceber o que o Sr. António queria dizer. Ou seja, a situação saiu do meu controlo...

Para equacionar

Lidar com a situação

- Que atitude tomar
- Que soluções devem as instituições oferecer
- A gaguez deve ser vista como uma deficiência
- Ignorar os comentários ou reagir

Para debater

1. O que faria se fosse a Sofia?

Perante esta situação, se fosse você a pessoa que estivesse no atendimento, o que faria para resolver a situação?

2. Como sensibilizar os utentes da fila?

Mesmo não tendo formação na área, que estratégias considera serem adequadas para minimizar situações como esta?

3. Estratégias institucionais

Que estratégias podem ser implementadas nas instituições para evitar situações semelhantes?

4. O que faria se estivesse na fila?

Imagine-se um dos utentes da fila, já perdeu imenso tempo, tem consulta marcada no médico e ainda tem de ir buscar a filha à escola. Ouve os comentários dos outros utentes impacientes.... o que faria?

5. Papel ativo ou passivo?

Enquanto indivíduo “observador” que presencia situações como esta, qual o papel que adota?

- Sente-se mais confortável em deixar correr a situação, na convicção de que alguém irá tomar medidas.
- Não dá importância porque situações de intolerância já aconteceram consigo.
- Intervém porque se existe um conflito é importante a intervenção de um “mediador” e você pode desempenhar esse papel.
- Atua de forma a encontrar rapidamente uma solução...

(balão de diálogo) *Algumas atitudes podem ajudar: cartazes de sensibilização, que mostrem o direito de todos serem atendidos no tempo que lhes for necessário. A disponibilização de mais funcionários. Ter um setor só para informações de forma a agilizar todo o atendimento.*
(Suammy Cordeiro)

(balão de diálogo) *É muito fácil cair na tentação de ir atrás dos comentários, porque também estamos com pressa e impacientes... Podia dizer também que interviria para acalmar os outros utentes, mas seria muito complicado. As pessoas já são muito pouco calmas nestas situações (...). Provavelmente optaria por questionar um colega se haveria possibilidade de abrir outra mesa de atendimento. (Marta Costa)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real.

A Sofia apesar do nervosismo, tranquilizou o Sr. António, dizendo-lhe que estava na sua vez e que tinha todo o direito de ser atendido ao seu ritmo e que ela estava ali para o esclarecer.

Apesar de sentir vontade de reagir perante os utentes da fila, permaneceu calada pois sentiu que se reagisse poderia empolgar a situação em vez de a reverter. Além disso, receou que ao manifestar-se alguém poderia deixar registo no livro de reclamações sem refletir verdadeiramente a situação.

Estes casos acontecem diariamente no nosso país, com diferentes desfechos, consoante a sensibilidade de quem está no atendimento e de quem está na fila. Assim, tal como foi referido no debate, as instituições deveriam adotar estratégias de formação dos funcionários e sensibilização dos utentes de forma a contribuir para uma sociedade onde o valor do tempo seja acrescido de paciência e tolerância.

Para consultar

Referências

Friedman, S. (2004). Gagueira: origem e tratamento. São Paulo: Plexus.

Gleitman, H., Fridlund, A. J., & Reisberg, D. (2007). Psicologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Jakubovicz, R. (2009). Gaguira. Rio de Janeiro: Revinter.

Salsinha, H. (2011). Alterações da Fluência Verbal: A Gaguez. Psicologia - o portal dos psicólogos. <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TLO219.pdf>

Zamora, C. L. (2007). Antropologia de la tartamudez. Etnografía y propuestas. Barcelona: Edicions Bellaterra.

Sugestões de pesquisa

Vídeo sobre gaguez. <https://youtu.be/ny3GLExDqcM>

Gaguez e Ansiedade. Mitos e Factos. <https://www.centrotratamentogaguez.pt/single-post/2017/01/25/Gaguez-e-Ansiedade-Mitos-e-Factos>

Artigo da TF Rita Valente (CTGaguez) publicado no Journal of Fluency Disorders.

<https://www.centrotratamentogaguez.pt/single-post/2017/07/10/Artigoda-TF-Rita-Valente-CTGaguez-publicado-no-Journal-of-Fluency-Disorders>

Mitos e Factos sobre Gaguez.

https://www.stutteringhelp.org/sites/default/files/Myths_portuguese.pdf

Associação portuguesa de gagos. <http://www.gaguez-apg.com/>

Caso 11: Organização do espaço de trabalho

Autores: Luís Filipe¹, Patrícia Pereira¹, Sandra Alves¹ e Graça Seco¹

¹ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Alves, S., Filipe, L., Pereira, P. & Seco, G. (2018). Organização do espaço de trabalho. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

Da raiz grega agkô ou angchö e do latim ango que significa apertar fisicamente e anxiu ou anxiu, que significa atormentar, a ansiedade apresenta-se como uma resposta essencial, protetora e adaptativa inerente a todas as culturas humanas e idades independentemente do género.

Considerada um estado emocional desagradável dirigido para o futuro, habitualmente a ansiedade desenvolve-se pela antecipação de um perigo/ameaça (interno ou externo) de difícil previsão e controlo. Com uma perceção subjetiva semelhante ao medo, a ansiedade pode manifestar-se através de sintomas vegetativos, cognitivos e/ou comportamentais que quando são intensos, repetitivos e prolongados no tempo causam desconforto, sofrimento e disfuncionalidade nas rotinas diárias de uma pessoa.

A ansiedade pode ser dividida em ansiedade-traço e ansiedade-estado, sendo a primeira uma característica mais estável e que define a personalidade de um indivíduo e a segunda considerada uma resposta a um acontecimento de vida e, por esse motivo, tende a não persistir para além da situação que o desencadeou.

Por ser protetora a ansiedade é positiva na vida de cada um de nós, mas dependendo da sua intensidade, frequência e dimensão poderá ser considerada patológica e deverá ser alvo de intervenção psicoterapêutica.

Para ler

Sou a Soraia e estou no 1º ano da faculdade. Até agora estou a gostar imenso do meu curso, da turma e até dos professores! O ambiente académico tem sido fantástico, mas há alturas em que o stress aperta. Muita matéria para estudar ao mesmo tempo, sobretudo na época das frequências... nada que não estivesse à espera.

Tenho superado bem os momentos de mais ansiedade, mas a minha amiga Maria tem apresentado algumas dificuldades em atingir os objetivos a que se propôs, nomeadamente conseguir ter notas com as quais se sinta satisfeita.

Desde o início do ano letivo, altura em que conheci a Maria e ficámos logo amigas, percebi que ela, apesar de superinteligente, parece às vezes desorganizada, mas “vai a todas”. Apesar de sairmos frequentemente à noite (isso também faz parte da vida académica!), somos assíduas nas aulas e mantemos os apontamentos organizados e atualizados. A Maria participa ainda ativamente em todas as reuniões de grupo para realizar trabalhos para as diferentes unidades curriculares e colabora na organização das várias atividades propostas pelos nossos professores. Além disso, tanto eu como a Maria pertencemos à associação de estudantes, mas ela integra-a como membro da direção, o que exige muita dedicação e esforço.

Com o final do 2.º semestre e com as avaliações a começar, a Maria tem tido dificuldades em concentrar-se a estudar e em dar resposta a todas as solicitações. Um dos desabafos que ela

tem comigo prende-se com o facto de não saber o que fazer em primeiro lugar, pois considera que tudo é importante e que tem de dar resposta, sem falhar, a todas as atividades que tem para fazer. Isso faz com que se sinta mais ansiosa, tenha muita dificuldade em manter-se concentrada e que até tenha visitado menos vezes a família.

Com tanta irritabilidade da Maria até nos chateámos e por isso tive uma conversa franca com ela.

– Maria, tu não andas bem. O que se está a passar contigo?

– Sinto que não tenho tempo para tudo Soraia. Os professores sobrecarregam-nos com atividades, a associação de estudantes está a “bombar” e ninguém quer fazer nada... Quando estou a tentar estudar toda a gente me telefona e se desligo o telefone enviam mensagem pelo chat do facebook... Estou cansada e não tenho vontade de fazer mais nada! Mas não posso dizer que não porque já assumi a responsabilidade e todos estão a contar comigo.

– É verdade Maria... Nem sei o que te dizer...

– Além disso, não percebo porque é que vocês têm tanta pressa em fazer os trabalhos de grupo. Ainda temos tempo, mas andam sempre a chatear-me... E depois passo o tempo a fazer trabalhos, não estudo e por isso não estou satisfeita com os resultados que tive no 1.º semestre. Não deixei nenhuma Unidade Curricular para trás mas tive notas miseráveis em comparação com os meus resultados do secundário.

– Que exagero Maria! Tu até tens tido boas notas! E a questão do trabalho de grupo, temos de tentar respeitar o ritmo de todos. Não é fácil, mas na próxima reunião podemos falar sobre isso. O pessoal não gosta de deixar estes trabalhos para a última, senão concentra-se com as frequências e é pior.

– Mas sinto-me cansada... Não é fácil participar nas atividades da associação de estudantes, ir às aulas práticas, responder aos professores e organizar os apontamentos. Tenho muita coisa para ler, já que escrevo tudo o que os professores dizem e, depois na semana antes dos testes, tenho que ler tudo e escrever tudo outra vez para ver se fica alguma coisa. Eu não era assim! Antigamente conseguia memorizar tudo com facilidade! Juro-te: estou a ficar preocupada...

– A sério?

– Sim, além disso, antes dos testes não durmo nada, mas não posso fazer nada contra isso, tenho que ler tudo, várias vezes, ando sempre a ser interrompida, quando me sento na mesa da sala para começar a estudar, estão sempre a mandar-me mensagens e a ligar, e isso tira-me sempre tempo, ter que responder a tudo e responder aos telefonemas. Anteontem tive um ataque de choro que não consegui controlar. A sorte é que ninguém lá em casa reparou... Não quero que ninguém saiba que não estou a conseguir dar conta do recado!

– Tens de ter calma Maria. Penso que estás muito ansiosa, mas certamente haverá uma solução. Vou tentar ajudar-te. Tenho a certeza que vais encontrar uma solução, além do chazinho de tília que podes beber todas as noites antes de te deitar.

De facto, a Maria está demasiado ansiosa. Como poderá a Soraia ajudá-la? Todas as questões que ela apresenta não farão parte do processo normal de estar no Ensino Superior?

Para equacionar

Na base do problema

- Gestão do tempo
- Apoios ao estudante
- Lidar com a ansiedade

- Estratégias de aprendizagem
- Papel dos professores e da instituição

Para debater

1. Será que a Maria pode melhorar os seus resultados?

O que pode a Maria fazer para melhorar os seus resultados? Como é que mudamos efetivamente o nosso comportamento? É só querer? Ou é necessário proceder de outra forma?

2. Será que a Maria só se deve preocupar em estudar?

Ao longo da nossa vida deparamo-nos com várias decisões, nomeadamente na necessidade de definir prioridades e organizar o nosso tempo. Será que só podemos fazer uma coisa de cada vez? Ou será possível conjugar várias atividades?

Quando pensamos na vida académica e profissional, a pessoa só estuda e/ou trabalha? Ou deve investir noutras atividades? O que acha? Porquê? Será que fazer outras coisas para além do estudo traz vantagens para os estudantes?

3. Serão os estudantes capazes de se autogerirem?

Estarão as escolas a preparar os seus estudantes de forma a serem capazes de gerir as suas prioridades e condições de trabalho? Estarão os estudantes preparados para lidar com a autorregulação?

4. A família prepara os seus elementos para lidar com a ansiedade?

Em que medida a família pode preparar, ou deve preparar, uma pessoa a lidar com a ansiedade?

5. A ansiedade é algo que se deve reduzir ao mínimo possível?

Será a ansiedade útil? Ou melhor... até que ponto se deve reduzir a ansiedade? Será ou não importante “desligar” a ansiedade e deixar de senti-la, ou ela terá um papel importante na vida de cada pessoa?

(balão de diálogo) *A ansiedade é um processo natural de defesa e preparação do corpo humano. É normal sentir ansiedade. Tem um papel importante, prepara e ajuda a pessoa para o que tem de enfrentar. O que não é normal é essa ansiedade afetar a nossa vida e o nosso desempenho ocupacional. Caso afete, o melhor é procurar um especialista. (Liliana Bernardo)*

(balão de diálogo) *Podemos e devemos fazer várias coisas em simultâneo, tanto enquanto estudantes, como enquanto trabalhadores. Há vários estudos de investigação que têm concluído que os estudantes que frequentam atividades extracurriculares têm normalmente melhor desempenho académico do que aqueles que se dedicam apenas aos estudos (...) tal deve-se ao desenvolvimento de competências transversais como a gestão de tempo, a autorregulação, a resolução de problemas, entre outros. (Marta Costa)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real.

A Soraia propôs à Maria falar com um dos psicólogos do Serviço de Apoio ao Estudante. De facto, a Maria precisa alterar alguns comportamentos que apresenta para conseguir melhorar os seus resultados e, deste modo, ficar mais satisfeita com eles. É normal no Ensino Superior passar por várias situações, dilemas, dificuldades e tentações, todo o processo faz parte e é necessário para promover a autonomia pessoal.

Tendo em conta as dificuldades da Maria, convém em primeiro lugar esclarecer alguns aspetos importantes: a Maria não deve abdicar das suas atividades relacionadas com a academia, participar nas atividades da associação de estudantes, conviver com os colegas e amigos, aproveitar as várias oportunidades que vão surgindo. No entanto, ainda que estes aspetos sejam relevantes, a Maria deve definir prioridades e perceber que não consegue fazer tudo o que quer ou gosta ao mesmo tempo, assim deve organizar melhor o seu tempo e pensar quando deve divertir-se e quando deve estudar.

Tendo em conta estes pressupostos estas são as medidas mais importantes:

- Colocar num calendário as datas relevantes e atividades mais importantes, de forma a saber melhor quando se pode divertir e quando deve trabalhar mais;
- Aprender a tirar apontamentos, não deve escrever tudo o que é dito numa aula, mas sim apenas os apontamentos essenciais, de forma a estar mais atenta;
- Deve começar a estudar desde o início do semestre e não apenas nas vésperas das avaliações;
- Definir objetivamente quais as notas que pretende em todas as unidades curriculares de forma a perceber melhor quando pode ficar satisfeita com os seus resultados;
- Deve perceber que quanto mais depressa terminar os trabalhos de grupo, mais tempo terá para outras atividades, daí ser necessário colaborar rapidamente com os colegas e participar nos trabalhos mais ativamente;
- Quando se estuda para uma avaliação deve-se recorrer ao método PLEMA (Pré-leitura; Leitura; Esquematização; Memorização; Autoavaliação);
- Quando estuda deve desligar o telefone para não ser interrompida e ligá-lo nos intervalos apenas;
- Deve escolher um local sossegado, de preferência um escritório ou numa secretária no quarto, onde terá menos estímulos que comprometam a sua concentração;
- Antes de um teste deve dormir convenientemente, um dos aspetos que interfere com a memória é a falta de sono.

Para consultar

Referências

Gouveia, J. P.; Carvalho, S. & Fonseca, L. (2004). Pânico – da compreensão ao tratamento (2ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.

Serra, A. (2007). O Stress na vida de todos os dias (3ª ed.). Coimbra: Minerva.

Jacofsky, M., Santos, M., Khemlani-Patel, S. and Neziroglu, F. (2013). Biological Explanations of Anxiety Disorders: Part II. [online] Mentalhelp.net.

<https://www.mentalhelp.net/articles/biological-explanations-of-anxiety-part-ii/>

Sugestões de pesquisa

Cottrel, S. (2008) *The study skills handbook* (3rd edition). New York: Palgrave Macmillan.

Rosário, P., Núñez, J. & Pienda, J. (2006). *Comprometer-se com estudar na Universidade: Cartas do Gervásio ao seu umbigo*. Coimbra: Edições Almedina.

Seco, G., Pereira, A. P., Filipe, L., Alves, S. & Duarte, A. L. (2012) *Como ter sucesso no Ensino Superior*. Lisboa: Pactor

Caso 12: Acesso ao Ensino Superior – uma miragem?

Autores: Celina Gaspar¹ e Rosa pedro¹

¹ Serviços de Ação Social, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Gaspar, C. & Pedro, R. (2018). Acesso ao Ensino Superior – uma miragem?. In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

A ação social no ensino superior surge com o objetivo de dar resposta a questões de igualdade de oportunidades e de atenuar desigualdades económicas de estudantes e de famílias (Jerónimo, 2010).

Estas políticas são superiormente definidas e regem-se pelo disposto no decreto-lei n.º 129/93 e na Lei Nº62/2007 que estipula o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

Compete aos Serviços de Ação Social (SAS) de cada Instituição do Ensino Superior planear, coordenar e executar a política de ação social, promovendo a igualdade de oportunidades e a formação integral dos estudantes, proporcionando-lhes as melhores condições de frequência do ensino superior.

De acordo com o RJIES (2007) os SAS concedem apoios sociais diretos, mediante a atribuição de bolsas de estudo e de auxílios de emergência, e indiretos, através do acesso à alimentação, ao alojamento, aos serviços de saúde, bem como o apoio às atividades culturais e desportivas. O apoio social indireto compreende, também, o acesso a outros apoios educativos, nomeadamente, apoios a Tunas, produções de espetáculos culturais, atividades de integração de estudantes, atividades desenvolvidas pelas Associações de Estudantes, atividades de representação de estudantes e de formação para a cidadania.

Para ler

Olá, sou o Ricardo,

Tenho uma amiga, a Inês, que está a acabar o 12.º ano. Ela é uma aluna aplicada e claro, o resultado são boas notas. Ela gostava de continuar a estudar e realmente é daquelas pessoas que merece e devia mesmo prosseguir os estudos. Contudo, não tem os necessários recursos financeiros. A situação dela não é fácil...

Os seus pais estão separados há 3 anos. Vive com a mãe e o irmão de 12 anos. A sua mãe está desempregada há já vários meses e apenas recebe um baixo valor de subsídio de desemprego. Vivem numa casa arrendada. O seu pai, apesar de ter recursos financeiros, não contribui para qualquer despesa do agregado familiar.

Sempre desejou ser enfermeira e poder ajudar a sua família. Envolve-se muito em causas sociais e faz parte da corporação dos bombeiros voluntários da nossa localidade. Desde a separação dos seus pais, começou a trabalhar na restauração, durante as férias de verão, para poder ajudar a sua mãe e ter algum dinheiro para si. Conseguiu, apesar de tudo, juntar uma pequena poupança que não é suficiente para suportar as despesas com o curso com que sempre sonhou. Além do mais, este curso, só está disponível a cerca de uma centena de quilómetros da sua residência.

Para equacionar

Quem, o quê, onde e quando

- Quem e quando deve informar
- Que apoios e quando
- Medidas para estudantes deslocados
- Que opções
- Trabalhar ou estudar
- Quem tem direito à bolsa
- Critérios para atribuição de bolsa

Para debater

1. Poderá o Ricardo ajudar a Inês?

Sendo o Ricardo da mesma idade e sem ter frequentado o ensino superior, que tipo de ajuda pode dar? Será que é a pessoa indicada para orientar a Inês? Até que ponto a informação incorreta ou pouco esclarecida pode influenciar a tomada de decisão?

2. A escola atual pode orientar?

Será que as escolas secundárias têm informação suficiente para orientar/esclarecer os estudantes que se encontram nestas situações? Que medidas podem as escolas implementar para fazer chegar esta informação aos estudantes?

3. Escolha de curso condicionada?

Será que a escolha de um determinado curso pode ser condicionada pelos apoios disponíveis em cada instituição de ensino superior? Será que os pais influenciam as decisões em função das suas expectativas sobre as condições oferecidas pelos Serviços de Ação Social?

4. Onde obter informações?

Será que a informação está disponível de forma acessível? É fácil encontrar? Como pode ser pesquisada? Será que as Instituições de Ensino Superior têm informação disponível? Será que todas as Instituições de Ensino Superior estão disponíveis para responder de forma personalizada e atempada a questões específicas colocadas pelo estudante?

(balão de diálogo) *A escola secundária (ação social) pode também organizar sessões de esclarecimento com os alunos do 12º ano, relativamente à existência de bolsas de estudo, atuação dos serviços de ação social das universidades, quais os apoios existentes, quais as fundações que atribuem bolsas de estudo... (Gabriela Lima)*

(balão de diálogo) *Nem todas as instituições de ensino superior têm recursos suficientes para todos aqueles que os procuram, pelo que determinados alunos podem até ter notas suficientes para ingressar num determinado curso/estabelecimento, mas depois não têm forma de se manter. Acrescento também que existem cursos que, pela sua natureza, exigem mais materiais (e, conseqüentemente, mais dinheiro para investir), pelo que se não houver recursos suficientes a que se possa recorrer, não será possível a sua frequência. Creio - do que conheço - que não há distinção de apoios pelo curso que se frequenta. (Marta Costa)*

(balão de diálogo) *Aqui no Brasil temos Ensino Superior público Estadual e Federal (gratuitos) e as instituições particulares. Encontramos muitas informações nas redes sociais principalmente nos sites das instituições e do Ministério da Educação, e ainda assim surgem dúvidas, e ainda assim temos servidores que não sabem saná-las. (Suammy Cordeiro)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real.

O Ricardo parece um jovem muito empenhado em ajudar a sua amiga Inês e poderá ter conhecimento sobre os apoios disponíveis para os estudantes que frequentam o ensino superior, facto que irá facilitar a pesquisa para ajudar a amiga. No entanto, não é recomendável que a Inês tome a sua decisão unicamente com base na informação que o Ricardo lhe faculte. Certamente que poderá incentivar a Inês a procurar a informação na sua escola ou junto dos Serviços de Ação Social do estabelecimento de ensino superior mais próximo da sua área de residência, serviços estes que têm colaboradores habilitados a prestar a informação que a estudante procura.

Pode, ainda, aconselhar a amiga a obter informações na internet, na página DGES e no site da Instituição de Ensino Superior que gostaria de frequentar, onde poderá encontrar informação sobre as diferentes valências, apoios, na sua maioria, sobre bolsas de estudo, alojamento, alimentação, saúde, desporto e cultura. A título de exemplo, poderá consultar o site do Instituto Politécnico de Leiria, na secção dos Serviços de Ação Social.

Não obstante, é preferível expor pessoalmente a situação nos Serviços de Ação Social, que, em regra, fazem um atendimento personalizado, obtendo a Inês, desta forma, a informação fidedigna para tomar uma decisão esclarecida. O Gabinete de Ingresso ao Ensino Superior e a própria Escola da Inês poderão, também, orientá-la sobre os apoios sociais de que poderá beneficiar no ensino superior.

Contudo, nem sempre é fácil obter prontamente as respostas pretendidas. Os próprios profissionais das escolas secundárias podem não ter informação suficiente ou ter dúvidas e, antes de prestarem informação detalhada, podem procurar, junto dos Serviços de Ação Social orientação que permita responder aos seus estudantes. Por outro lado, a dificuldade em fazer uma pesquisa e interpretar corretamente a informação disponível, dificulta todo o processo de atribuição de apoios no ensino superior que se pretende que seja célere. Para que a Inês possa ser ajudada, não pode desistir de procurar os esclarecimentos de que necessita. Encontrará, para além do Ricardo, profissionais disponíveis para a ajudar. A consulta da legislação, FAQ's, e do Guião que esclarece, passo a passo, as dúvidas sobre o preenchimento do formulário de candidatura a bolsa de estudo e alojamento, divulgados no site da DGES, pode ser importante quer para a Inês, quer para quem a pretenda ajudar.

Recomenda-se, ainda, que a Inês peça apoio o mais cedo possível, porque, em regra, no mês de setembro, no seguimento dos resultados das divulgações das colocações do concurso nacional de acesso e início do novo ano letivo, as solicitações aumentam e os serviços podem não conseguir dar uma pronta resposta. Deve procurar, igualmente, informação sobre o alojamento nas Residências de Estudantes, para formalizar a sua candidatura dentro do prazo e ser apoiada financeiramente para pagamento da mensalidade. Poderá, sendo bolseira, receber apoio, quer fique alojada na Residência de Estudantes, quer em alojamento particular, caso não seja admitida nas Residências de Estudantes por falta de vaga.

Note-se que a decisão da Inês poderá ser condicionada caso ela ou a sua mãe não tenham conhecimento das valências prestadas pelos Serviços de Ação Social do ensino superior. A mãe, numa primeira reação poderá dissuadir a filha de prosseguir os seus estudos por não ter

recursos financeiros para o efeito, porque a sua prioridade será, certamente, assegurar os encargos com a sobrevivência do seu agregado familiar. No entanto, será relevante para repensar a sua decisão e deixar a Inês ir estudar para fora da área da sua residência, se tiver conhecimento de que a filha poderá ficar alojada gratuitamente numa Residência de Estudante com acesso a serviços diversificados. A Inês, por sua vez, mais facilmente tomará a decisão de formalizar a sua candidatura ao ensino superior e escolher o curso da sua preferência. Afinal, todos os que conhecem a Inês e a acompanham no seu trajeto pessoal e académico podem dar um contributo decisivo e ajudá-la a concretizar o seu sonho.

Para consultar

Referências

Jerónimo, M. (2010). O papel da acção social na igualdade de oportunidades de acesso e frequência de estudantes do Ensino Superior Politécnico Público português. Tese de Doutoramento, Badajoz: Universidade de Extremadura.

Lei n.º 62/2007 (2007, dezembro 10), da Assembleia da República. Diário da República, 1.ª série, N.º 174, pp. 6358-6389. <http://data.dre.pt/eli/lei/62/2007/09/10/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 129/93, (1993, abril 22), do Ministério da Educação. Diário da República, 1.ª série, N.º 94, pp. 1967-1972. <http://data.dre.pt/eli/declei/129/1993/04/22/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 163/2006 (2006, agosto 8), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Diário da República, 1.ª série, N.º 152, pp. 5670-5689 [https://dre.pt/pesquisa/-](https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=Decreto-)

[/search/538624/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto](https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto)

Sugestões de pesquisa

Atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

<http://www.dges.gov.pt/pt/pagina/informacoes?plid=373>

Despacho n.º 5404/2017 (2.ª série), de 21 de junho – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior. <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/107524771/details/normal?!=1>

Despacho n.º 8584/2017 (2.ª série), de 29 de setembro – Regulamento de Atribuição de Bolsas para Frequência de Estudantes com Incapacidade. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/108231538/details/normal?!=1>

Serviços de Ação Social do Politécnico de Leiria. <https://www.ipleiria.pt/sas/>

Outros apoios: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/outros-apoios?plid=373>

Caso 13: Prevenção ou preconceito?

Autor: Clara Leão¹

¹ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Leão, C. (2018). Prevenção ou preconceito? In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

A reintegração de um indivíduo condenado a uma pena de prisão efetiva deverá iniciar-se ainda dentro do estabelecimento prisional, tornando-se fundamental no momento do reencontro com a liberdade e na interação com os outros. A Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) é o organismo encarregue deste processo. No entanto, a DGRSP apenas encaminha os primeiros passos do ex-recluso, e em seguida controla e avalia as suas ações na vida em liberdade, sem grandes meios para se dedicar a uma real integração na sociedade.

Serão, portanto, os familiares e amigos a fazê-lo, embora os desconhecidos tenham um enorme impacto e importância nessa reintegração. São estes que, isentos de laços afetivos ou de ligações próximas, poderão fazer com que o indivíduo se sinta efetivamente acolhido. O não julgamento pelos atos cometidos e a confiança demonstrada pela comunidade, são essenciais para que se sinta de novo entre pares e confiante para recomeçar uma vida.

Mas o principal obstáculo à reintegração é precisamente a comunidade, cuja desconfiança e instinto de proteção conduzem frequentemente à segregação e à ostracização. A compreensível precaução não deverá ser exteriorizada, e o tempo para o estabelecimento da confiança não deverá ultrapassar o habitual numa qualquer outra circunstância.

Para ler

A Clara tem uma escola de dança onde ensina crianças, jovens e adultos, de ambos os sexos. Há pouco tempo apareceu na escola um jovem com interesse em experimentar aulas de dança. Durante o processo de inscrição, na conversa que se desenvolveu, o jovem, de 24 anos, referiu que era ex-recluso. A Clara questionou-o sobre o crime que o tinha levado à prisão e ele acabou por dizer que tinha sido por violação, apesar de negar que o tivesse feito. Isto ocorreu tinha ele 18 anos e por ter tido um desempenho exemplar foi libertado mais cedo. Apesar deste passado a Clara aceitou-o na escola, depositando confiança na pessoa que ele demonstrava ser.

Passadas 3 semanas, 2 alunas da classe onde o jovem andava abordaram a Clara. Disseram-lhe que conheciam o novo aluno do liceu e que tinham ideia de ele ter sido envolvido numa história de violação. Ela confirmou, mas pediu-lhes que não comentassem, pois estava a organizar uma reunião com a classe para falar sobre o assunto. Na verdade, não sabia muito bem como lidar com o problema...

Para equacionar

Em causa

- Condenação por violação
- Ocultar informação

- Condicionar a participação
- Sessão conjunta de esclarecimento
- Direito à privacidade
- Direito à verdade
- Reintegração versus reinserção

Para debater

1. Reintegração social

Quais são os métodos que utilizaria para reintegrar o ex-recluso nas aulas de dança?

2. Direito à privacidade

Terá o ex-recluso o direito a manter em segredo um crime pelo qual já pagou?

3. Direito à verdade

Será que os pais e alunos da escola têm direito a saber a situação do novo aluno?

4. Reinserção ou reintegração

Por vezes encontramos estes termos ligados a situações de exclusão. Terão o mesmo significado? No caso apresentado, estamos perante uma situação de reinserção ou reintegração?

5. O que faria se fosse a Clara?

Deverá a Clara aceitar o ex-recluso como aluno? Deverá avisar alguém? O que fazer...?

(balão de diálogo) *Direito à privacidade tem com certeza. Mas questionado sobre o assunto penso que a pessoa em questão o deve assumir e falar com toda a clareza. (Paula Paiva)*

(balão de diálogo) *A reinserção deve ter medidas de prevenção, no entanto, essa prevenção não deve recair sobre a exposição pública da condição do ex-recluso. Essa prevenção deve ser feita com base na vigilância, e não na desconfiança (...). (Gabriela Lima)*

(balão de diálogo) *Qualquer crime resulta de prejuízos causados a terceiros, independentemente da idade ou sexo do infractor. (...) falar abertamente do caso seria benéfico, isto porque, nos casos de reinserção social o essencial é transmitir confiança. (João Moreira Martins)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real. Antes de mais, convém clarificar os termos reinserção e reintegração, que por vezes são confundidos. A Reinserção diz respeito ao processo de voltar a colocar algo ou alguém num determinado contexto, ao passo que reintegração pressupõe voltar a adquirir algo ou alguma coisa.

Relativamente ao caso...

A Clara falou com a técnica de reinserção e a psicóloga para se informar não só do perfil psicológico do jovem, mas também para perceber que apoios teria nessa reinserção e quais as melhores estratégias a adotar.

Assegurou-se da boa índole do jovem, mas consciente de que daí poderiam surgir alguns problemas e para os quais não tinha de imediato qualquer resposta.

Considerou que os pais dos alunos dessa classe deviam ser informados e que a melhor forma de entenderem a importância de manter o jovem nas aulas seria transformar a situação num projeto de inclusão, onde todos teriam um papel a desempenhar.

Tranquilizou pais e alunos, com o facto de o projeto estar a ser acompanhado pelos competentes serviços de reinserção e psicologia.

Para consultar

Referências

Homem, A. (2011) A Educação de Adultos como Instrumento para a Reinserção Social. (Dissertação de mestrado, não publicada). Coimbra: Escola Superior de Educação.

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13031/1/ANDREA_HOMEM.pdf

Maria Pombo (2016, setembro 29). Reclusos: o valor das segundas oportunidades. [online] Ver – Valores, ética e responsabilidade. <http://www.ver.pt/reclusos-o-valor-das-segundas-oportunidades/>

Sugestões de pesquisa

O que faz a sociedade para a inclusão social e reabilitação de reclusos?

<https://www.soberanianacional.info/o-que-faz-a-sociedade-para-a-inclusaosocial-e-reabilitacao-de-reclusos/>

Reinserção social: Desenvolvimento Histórico. <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/penal/dhist>

Manual de Boas Práticas em Reinserção.

http://www.sicad.pt/BK/Intervencao/ReinsercaoMais/Documentos%20Partilhados/Manual_Reinsercao.pdf

Direção Geral de Reinserção Social. <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/index>

Caso 14: Fotografia para TODOS: um mito ou uma realidade?

Autores: Andrea Gurgel¹ e Carla Freire²

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Gurgel, A. & Freire, C. (2018). Fotografia para TODOS: um mito ou uma realidade? In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

Nos dias de hoje vivemos numa sociedade essencialmente visual. São vários os estímulos visuais que nos bombardeiam diariamente, dos quais, mais de 80% são assimilados pelo nosso sistema visual (Corsi, 2001).

De acordo com a ACAPO (2018) a deficiência visual, que pode compreender a cegueira e a baixa visão, é uma condição que afeta a capacidade da pessoa nos mais diferentes domínios do dia-a-dia. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018) estima-se que 253 milhões de pessoas vivem com deficiência visual, existindo em Portugal 23% de pessoas com dificuldades de visão (Instituto Nacional de Estatística, 2012).

A imagem tem um papel fundamental na sociedade, cultura e comunicação. Ainda que a pessoa com deficiência visual, nomeadamente com cegueira, tenha dificuldade na perceção dos elementos gráficos, é possível através de estímulos sensoriais criar imagens mentais. Estes estímulos podem ser ativados, por exemplo, através do tacto por meio de adaptação de materiais físicos ou por meio de elementos auditivos. Ao adicionar a componente tecnológica, a pessoa com deficiência terá mais acesso ao mundo visual, não só como recetora da informação, mas também como produtora das suas próprias imagens.

Para ler

A Andrea é formadora na área de comunicação visual e desenvolve, habitualmente, formações na área da fotografia para principiantes, onde aborda vários conceitos relativos à imagem, funcionalidades da máquina fotográfica, planos fotográficos e respetivo enquadramento, luminosidade, etc.

Para este ano, foram previstas várias oficinas, cada uma com o número máximo de 14 participantes.

No dia em que a Oficina tem início, a Andrea depara-se com a Joana, uma participante de 27 anos, com cegueira congénita.

A Andrea, ao falar com a Joana, questiona-a sobre as motivações para a sua participação na oficina, uma vez que se trata de uma área essencialmente visual. Pelo que a Joana, responde que sendo engenheira informática e desenvolvendo trabalho na área da Web, sente necessidade de compreender mais sobre a imagem, uma vez que o ambiente online funciona muito com base na componente visual. Além disso, gostaria, também, de tirar as suas próprias fotografias e publicá-las no seu blogue.

A Andrea fica receosa pela forma como vai lidar com a situação. Esta formação tem a duração de 4 semanas, decorrendo aos sábados de manhã e conta com 12 participantes. Como tal, questiona-se como vai gerir as aulas, uma vez que todos necessitam de apoio e prevê que esta situação requeira mais tempo e materiais diferentes.

Para equacionar

Como proceder?

- Colocar requisitos para a formação
- Considerar reações dos restantes participantes
- Criar formações para públicos específicos
- Que estratégias para ensinar fotografia a diferentes públicos

Para debater

1. Reações dos participantes

Uma vez que estão a ser introduzidos ao tema, sendo o tempo limitado e tendo pago uma inscrição os participantes esperam atenção mais personalizada. Existindo uma colega cega, que provavelmente necessita mais tempo, como irão os outros participantes reagir?

2. Literacia visual para todos

Será que para tirar fotografias é preciso ter presentes os aspetos técnicos e eventualmente estéticos? Será que para uma pessoa que nunca viu, é importante ter a noção de cor, de enquadramento, da luminosidade, etc.?

3. Estratégias a adotar

De que forma se pode adaptar uma oficina de fotografia a pessoas cegas? Como pode a Andrea explicar à Joana o enquadramento de uma fotografia? Que tipo de materiais se podem utilizar para uma melhor compreensão dos tópicos a abordar na Oficina?

4. Processo de inscrição

O que deve a Andrea fazer? A Andrea deve aceitar a inscrição da Joana? Deve existir algum requisito? Estarão todas as pessoas habilitadas para esta atividade?

(balão de diálogo) *Criar dispositivos de apoio próprios para a oficina, principalmente no enquadramento. Em aula prática dentro do laboratório, um “jogo da velha” em madeira poderia ser aplicado sobre uma superfície para que a pessoa com deficiência visual compreendesse a regra dos terços. (Paulo Eduardo Mauá)*

(balão de diálogo) *Os tópicos apresentados são importantes para a fotografia, mas será que não podemos pensar numa nova forma de fazer fotografia, a partir da concepção do que as pessoas cegas querem com a fotografia? (...) acredito que é necessário respeitar o local de fala de cada um e, para isso, consultar e tentar entender as concepções de mundo das pessoas com deficiência visual. (Valéria Abdalla)*

(balão de diálogo) *Considero que o facto de ter incapacidade visual, não significa que necessite de mais atenção que os outros formandos. Ela já aprendeu a “ver o mundo” à sua maneira, e esta forma de usar os outros sentidos (...) poderá ser até uma mais-valia para a formadora e para os outros formandos. (Gabriela Lima)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real. Colocar requisitos numa formação na área da fotografia poderia ser uma forma cómoda de evitar lidar com este tipo de situações. No entanto, é importante analisar bem todas as partes que constituem um dado problema. É essencial fazer um diagnóstico do que existe, das dificuldades, das necessidades e das motivações que uma pessoa possa ter. Este estudo permitirá determinar se existem condições para tornar um determinado ambiente/contexto inclusivo.

Neste sentido, a Andrea ouviu bem a Joana, assim como os restantes participantes da Oficina, o que lhe permitiu conhecer melhor os seus estudantes e o que pretendiam com a formação. Numa fase inicial, alguns colegas mostraram-se um pouco apreensivos, na medida em que procuravam conhecer mais sobre fotografia e tinham receio que a Andrea dedicasse mais tempo à Joana do que a eles próprios. Após uma discussão em grupo, todos os elementos assumiram o compromisso de avançar com a Oficina e ajudarem-se mutuamente, procurando formas de explicar conceitos essencialmente visuais.

Tornou-se necessário adaptar a Oficina para que ficasse acessível a pessoas cegas, foram encontradas estratégias táteis (por exemplo, molduras com elásticos para explicação da regra dos terços, imagens com relevo a demonstrarem os planos, etc.) e sonoras (por exemplo, o som de disparo da câmara fotográfica) que permitiram à Joana compreender os conceitos e colocar em prática os conteúdos aprendidos.

A maioria das pessoas nem sempre tem em conta aspetos técnicos ou estéticos no ato de tirar fotografias, limitando-se, muitas vezes, a fazer registos do que veem para posteriormente recordarem e para partilharem. Se as pessoas cegas não veem, porque será que gostariam de aprender fotografia? Muitas vezes pelos mesmos motivos das pessoas que não têm dificuldades visuais, para partilharem determinados momentos com outras pessoas, sejam familiares ou amigos. Neste sentido, é importante que TODOS possam ter acesso a alguns conceitos básicos ao nível técnico e estético, que lhes permitam tirar boas fotografias para mais tarde recordarem e partilharem.

Moral da história:

A Oficina foi um pouco trabalhosa, na medida em que exigiu muito de todos, não só da Andrea, mas também dos participantes. Para encontrarem estratégias e técnicas para explicarem os conceitos à Joana, foi necessário aprofundarem os conhecimentos na área da fotografia. Neste sentido, as aprendizagens em aula, deram lugar a pesquisas autónomas fora do espaço formal da Oficina, o que contribuiu não só para uma melhor compreensão das questões técnicas e estéticas, mas também do conceito de inclusão.

Para consultar

Referências

- ACAPO. (2018). Glossário. <http://www.acapo.pt/deficiencia-visual/glossario>
- Corsi, M.,G.,F. (2001). Visão subnormal: intervenção planejada. São Paulo: M.G.F.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal. Lisboa: INE I.P.
- OMS (2018). Visual impairment and blindness. <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs282/en/>

Sugestões de pesquisa

Congresso de Acessibilidade (2017). Teco Barbero, Fotógrafo, Palestrante e Aux. De Eventos [Página WEB]. <http://www.congressodeacessibilidade.com/speaker/teco-barbero/>

Maia, J. (n.d.). Fotografia Cega [Blogue]. <http://fotografiacega.com.br/>

Mattos, L. K. de; Zanella, A. V; Nuernberg, A. H. (2014). Entre olhares e (in)visibilidades: reflexões sobre a fotografia como produção dialógica. In: *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. 3, p. 901-918, Set. / Dez. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/895>.

Jardim, J. & Walter, C. (Diretores) (2001). *Janela da Alma* [Documentário em vídeo]. https://www.youtube.com/watch?v=_I9I7upG0DI

Sugestões de leitura

Alves, J. F. (2008). No meio do caminho, tinha um obstáculo: a leitura de imagem para (e com) o outro. In: Martins, L. A. R.; Nascimento, G.P.; Pires, J. (Org.). *Políticas e Práticas Educacionais Inclusivas*. Natal/RN: EDUFRN, p. 367-380.

Freitas, A. G. (2014). *Não ver e ser visto: Uma experiência entre Pontos de Cultura mediada pela fotografia (Especialização em Acessibilidade Cultural)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Museu de Arte Moderna (2015). *Programa Igual Diferente*. São Paulo: Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura e Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Caso 15: Let's make a movie!

Autores: Carla Freire¹ e Carlos Silva¹

¹ Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria

Referir este caso: Freire, C. & Silva, C. (2018). Let's make a movie! In R. Cadima, I. Pereira, M. Francisco & S. Cunha (Coords.). 15 histórias para incluir. [Online]. Politécnico de Leiria: Leiria.

Para começar

O conceito Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental (DID) refere-se à existência de transtornos que normalmente surgem no nascimento e afetam negativamente o percurso físico, intelectual e o desenvolvimento emocional de um indivíduo (National Institute of Child Health and Human Development, 2016).

Enquanto a Deficiência Intelectual se relaciona com a existência de deficits na capacidade mental (raciocínio, resolução de problemas, aprendizagem, etc.) que resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, impedindo que o indivíduo tenha independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspetos do dia-a-dia (American Psychiatric Association, 2014); a Dificuldade Desenvolvimental relaciona-se com a incapacidade severa, de longa duração, que pode afetar a capacidade cognitiva, o funcionamento físico ou ambos em simultâneo, ou seja, abrange a deficiência intelectual e também a física (Bock, 2010).

O conceito DID veio substituir o antigo "Atraso Mental", que era medido com base nas pontuações obtidas na medição do Quociente de Inteligência (QI), estando, agora, relacionado com os níveis de funcionamento adaptativo (Brue & Wilmschurst, 2016).

Para ler

No âmbito de uma unidade curricular de uma instituição de ensino superior é proposta, aos estudantes, a realização de projetos de intervenção artística de tema livre. Face a este desafio, a Beatriz e o Diogo propõem-se a realizar uma curta-metragem documental com o envolvimento ativo da comunidade regional, ou seja, considerando a participação não só ao nível de entrevistas, mas também em todo o processo de criação do filme.

Após a abertura de inscrições, a Beatriz e o Diogo constatarem que têm 12 pessoas inscritas. De forma a que todos se conheçam e a dar início ao trabalho, é marcada uma primeira reunião, na qual se pretende conhecer um pouco as pessoas e saber quais as motivações para a participação neste projeto:

Um grupo de 7 jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos. Como ainda estão a estudar, alguns no ensino básico e outros no secundário, querem conhecer melhor algumas áreas para possível prosseguimento de estudos. Neste grupo de jovens encontram-se dois grandes amigos de infância a Rafa, que tem síndrome de Williams e o Pedro, com Trissomia 21. 3 jovens adultos com idades entre os 23 e 25 anos. São recém-licenciados e ainda não encontraram emprego na área das suas formações, estando 2 desempregados e o outro a trabalhar em part-time num café. Estes jovens adultos veem, neste projeto, uma oportunidade de alargarem horizontes.

2 pessoas séniores, com 65 e 67 anos. Estão reformadas e referem que gostam de aproveitar o tempo para aprender coisas novas. A área das tecnologias sempre as fascinou, pelo que este projeto surgiu como um desafio extremamente interessante.

Depois das apresentações, a Beatriz e o Diogo referem que pretendem fazer uma curta-metragem com a temática “A Importância da criatividade no cotidiano” e explicam de forma sintética todo o processo, desde a criação da história à edição do filme.

Para que o projeto se desenvolva da melhor forma é proposta a criação de 3 grupos de trabalho com 4 elementos cada. Contudo, a Beatriz e o Diogo não estavam à espera de encontrar um grupo tão heterogéneo de pessoas, entre as quais se encontram 2 jovens com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental (DID). Como devem organizar os grupos? Incluir os jovens com DID numa equipa ou dar-lhes outras tarefas?

Para equacionar

Que estratégias adotar?

- Criar tarefas específicas
- Criar grupos heterogéneos
- Como irá a equipa reagir
- Serão capazes de realizar as tarefas
- Poderão existir conflitos

Para debater

1. Igualdade ou diversidade

Aquando da criação de equipas, surgem algumas dúvidas. Qual a forma mais adequada para a criação de equipas? Agrupar as pessoas em função da proximidade de idades? Juntar as 2 pessoas séniores com a Rafa e o Pedro, visto serem grupos minoritários? Escolher os elementos das equipas de forma a obter um grupo heterogéneo, considerando as diferentes especificidades? Escolher os elementos de cada equipa de forma aleatória?

2. Paternalismo ou indiferença

Nos momentos de tomada de decisão é normal a discussão de ideias, o que permite aumentar a capacidade de argumentação. Quando a Rafa e o Pedro dão as opiniões, na maioria das vezes são ignorados pelos colegas mais novos, sem que exista um debate dos seus contributos. Ao assistirem a este comportamento, os colegas séniores defendem todas as ideias da Rafa e do Pedro, sem sequer as questionarem, com o intuito de proteger os jovens. Será este o comportamento mais adequado à situação? Por um lado, a indiferença dos colegas mais jovens, por outro lado o excesso de proteção por parte dos colegas com mais idade. Qual a melhor forma de proceder?

3. Integração ou inclusão

Para a elaboração do argumento, é necessário pensar numa história, num fio condutor que permita a criação de uma narrativa. Existindo um tema geral, é importante a pesquisa de informações, assim como também um brainstorming de ideias, que permita criar um mapa dos principais conceitos encontrados. Durante este processo, são vários os contributos que aparecem, sendo os da Rafa e do Pedro muito relacionados com histórias ou personagens de filmes que eles já viram. Como deve reagir a equipa? Deve ignorar os contributos relacionados com histórias ou personagens já existentes? Deve aceitar, sem questionar, todos os contributos da Rafa e do Pedro? Deve tentar demover os jovens, explicando que é um filme novo, logo todas as ideias devem ser novas?

4. Capacidade ou incapacidade

Ao serem confrontados com a realidade de terem de passar pelas diversas etapas para criar uma curta-metragem, Rafa e Pedro referem que não são capazes, que apenas querem ver como se faz um filme. Beatriz e Diogo não se dão por satisfeitos e informam que estão a contar com eles no processo e que toda a ajuda é preciosa. Será que a Beatriz e o Pedro estão demasiado confiantes? Estarão a Rafa e o Pedro preparados para fazerem parte de um projeto desta natureza? Será que existem condicionantes que os impeçam de participar ativamente na criação do filme?

(balão de diálogo) *Na grande maioria das vezes, a condicionante está na nossa cabeça. (...) é importante explicar que todos temos medo de fazer coisas novas, que todos precisamos de ajuda, sendo isso absolutamente normal. (Marta Costa)*

(balão de diálogo) *Apostaria na heterogeneidade das equipas, no entanto essa heterogeneidade pode trazer conflitos. Caso esses conflitos fossem impossíveis de resolver, creio que optaria pela junção dos elementos seniores, geralmente mais pacientes, com os jovens com DID. (Gabriela Lima)*

(balão de diálogo) *Não sou apologista de fazer grupos em função de características, mas sim em função de "talentos": (...), questionaria o que cada pessoa gostaria de fazer ou se sentiria à vontade para realizar. Seria sempre importante reforçar (...) que a sinergia entre todos é sempre mais importante do que aquilo que foi atribuído a cada grupo de trabalho. (Marta Costa)*

Para reter

Considerando que cada caso é um caso e que as soluções adotadas para uma situação poderão não ser as indicadas para outras, deixamos um possível desfecho, baseado numa situação real.

Igualdade ou diversidade

Ainda que todos tenhamos igualdade de direitos, na realidade somos todos diferentes, cada um de nós é um Ser único e especial. É esta diferença que nos enriquece, na medida em que cada um de nós é como uma peça de puzzle que se encaixa para construir um TODO. Para a criação de equipas, propomos uma distribuição pensada, onde possam estar elementos com diferentes características, o que permitirá a obtenção de um olhar mais abrangente de todo o processo criativo, através das diversas perspetivas.

Capacidade ou incapacidade

Todos os seres humanos têm diversas capacidades e incapacidades, quer tenham ou não uma deficiência. O importante é ter o foco naquilo que conseguimos fazer. Ao rentabilizarmos e otimizarmos as nossas mais-valias estamos a contribuir para um melhor desempenho de uma dada função, assim como estamos a desenvolver novas capacidades, que anteriormente pensávamos não ter. Neste sentido, a proposta de resolução para a falta de confiança da Rafa e do Pedro, passa pela motivação. Se eles vão ter dificuldades? Sem dúvida que terão, tal como qualquer pessoa quando inicia uma nova tarefa. É importante que experimentem todas as fases do processo de criação de um filme, de forma a analisarmos em conjunto onde se sentem bem e onde conseguem desenvolver melhor as suas capacidades.

Paternalismo ou indiferença

Quando nos confrontamos com algo novo ou diferente, por vezes sentimo-nos impotentes, na medida em que não fomos preparados para lidar com situações inesperadas. Por vezes assumimos uma atitude de indiferença perante o desconhecido, outras vezes temos comportamentos demasiado paternalistas, procurando proteger, o que nos parece sensível, frágil. O importante é procurar o equilíbrio e tratar as pessoas como gostaríamos que nos tratassem. Neste sentido, a proposta de resolução para esta questão passa por pedir à Rafa e ao Pedro que desenvolvam as suas ideias, que expliquem os seus contributos. Numa fase inicial é provável que se sintam acanhados, mas com o apoio e motivação da equipa, a conversa começa a fluir. Esta discussão é muito útil, pois além de dar voz a todos, ajuda a desenvolver a capacidade de argumentação. Após o debate e ouvidos todos os argumentos, a equipa deve escolher os contributos que mais se adequam ao projeto.

Integração ou Inclusão

Os conceitos de integração e de inclusão encontram-se subjacentes em todas as questões colocadas neste curso. São as atitudes e comportamentos dos elementos do grupo que vão determinar se estão a integrar ou a incluir. A integração permite que um indivíduo faça parte de um determinado grupo, contudo as oportunidades não são necessariamente iguais aos demais. O conceito de inclusão pressupõe que num mesmo grupo todos tenham as mesmas oportunidades, sendo respeitada a diferença e os contributos de todos. A criatividade não nasce do zero, é necessário existirem experiências, conhecimentos prévios do mundo que nos rodeia para que se possa criar algo. O importante é permitir o debate de ideias e através das experiências antigas, fazer novos caminhos. Este processo permite a aquisição de mais experiências e mais conhecimentos, que no futuro poderão, também, servir de base a novos projetos. Desta forma estamos a contribuir para o desenvolvimento de novas competências e a alargar o leque de experiências de cada um de nós.

Moral da história:

O segredo está na forma de agir perante uma determinada situação e vê-la como um desafio a ultrapassar procurando, sempre que possível, formas de contornar as dificuldades. Este projeto permite que TODOS possamos sair muito mais ricos, pois para além da aprendizagem do processo de criação de filmes, aprendemos a lidar com situações inesperadas, aprendemos que a trabalhar em equipa conseguimos chegar longe e aprendemos a arte da resiliência!

Para consultar

Referências

American Psychiatric Association (2014). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5. Nascimento, M. I. C. (Tradutora). Porto Alegre: Artmed.

Bock, R. (2010). Fact Sheet: Intellectual and Developmental Disabilities. National Institutes of Health.

Brue, A. W. & Wilmshurst, L. (2016). Essentials of Intellectual Disability Assessment and Identification. New Jersey: John Wiley & Sons.

National Institute of Child Health and Human Development (2016). Intellectual and developmental disabilities (IDDs): Condition information.

<https://www.nichd.nih.gov/health/topics/idds/conditioninfo/default#f3>

Sugestões de pesquisa

Emygdio da Silva, M. O. & Coelho, F. (2014). Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. *Revista Lusófona de Educação*, 28 163-180.

Freire, C. & Silva, C. (2015). Perspetivas uma forma de expressão: O audiovisual como estratégias de inovação social. In: A.C. Valente & R. Capucho (Eds.) *Avanca | Cinema 2015*. Avanca, Portugal: Edições Cine-Clube de Avanca.

Freire, C. & Silva, C. (2014). Perspetivas – utilização de audiovisuais por pessoas com necessidades especiais: Avaliação de uma intervenção do ponto de vista dos cuidadores. In A. Fontes, J. G. Sousa & M. S. Lopes (Org.), *Da participação na Cultura à cultura da Participação* (pp. 166-178). Óbidos, Portugal: RIAP – Associação Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural – Nodo Português. ISBN: 978-989-20-4957-1.

Sasaki, R. K.(2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr pp.10-16.

Freire, C. & Silva, C. (Diretores) (2013). *Perspetivas* [Vídeo promocional do Projeto Perspetivas]. https://www.youtube.com/watch?v=16u3mG_fqFM